



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

SESSÃO SUPLEMENTAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE AGOSTO DE 1979

Presidente: Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos**Secretários: Ex.ºs Srs. Alfredo Pinto da Silva****Carlos Alberto Coelho de Sousa****Rui Mendes Tavares****José Manuel Maia Nunes de Almeida**

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Prosseguiu e concluiu-se o debate sobre o programa do V Governo Constitucional. Em intervenções finais, usaram da palavra os Srs. Deputados Magalhães Mota (Indep.), Manuel Monteiro (UDP), Carlos Brito (PCP), Freitas do Amaral (CDS), Sá Carneiro (PSD) e Mário Soares (PS) e a Sr.ª Primeira-Ministra (Maria de Lurdes Pintasilgo).

Submetida à votação a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo PSD e pelo CDS, o resultado da votação não produziu a rejeição do Programa nos termos constitucionais. Emitiram declarações de voto os Srs. Deputados Vilhena de Carvalho (Indep.), Manuel Monteiro (UDP), Joaquim Gomes (PCP), Maria José Sampaio (CDS), Amândio de Azevedo (PSD) e Carlos Laje (PS).

Foi dado conhecimento à Câmara de várias propostas de lei do Governo para as quais se pedia o processo de urgência.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: -- Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho

Agostinho Martins do Vale

Alberto Augusto M. da Silva Andrade

Alfredo Pinto da Silva

Álvaro Monteiro

Amadeu da Silva Cruz

António Alberto Monteiro de Aguiar

António Barros dos Santos

António Cândido Miranda Macedo

António Carlos Ribeiro Campos

António Duardo Arnaut

António Jorge Moreira Portugal

António José Pinheiro da Silva.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Aquilino Ribeiro Machado.

Avelino Pereira Loureiro Zenha.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Bento Elísio de Azevedo.

Carlos Cardoso Lage.

Carlos Justino Luís Cordeiro.

Carlos Manuel da Costa Moreira.

Delmiro Manuel de Sousa Carreira.

Edmundo Pedro.

Etelvina Lopes de Almeida.

Eurico Manuel das Neves H. Mendes.

Fernando Jaime Pereira de Almeida.

Fernando Reis Luís.

Florêncio Quintas Matias.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Francisco Igrelas Caeiro.

João Joaquim Gomes.

João da Silva.

Joaquim José Catanho de Menezes.

Joaquim Sousa Gomes Carneiro.

Jorge Augusto Barroso Coutinho.

José dos Santos Francisco Vidal.

José Gomes Fernandes.

José Maria Parente Mendes Godinho.

José M. de Lancastre de A. Leitão.

Ludovina das Dores Rosado.

Luís Abílio da Conceição Cacito.

Manuel Branco Ferreira Lima.

Manuel Francisco Costa.

Manuel Pereira Dias.

Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.

Mário Augusto Sotto Mayor Leal Cardia.

Mário Manuel Cal Brandão.

Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.

Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo
Amândio Anes de Azevedo.
Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo
António Neves Anacleto.
Arnaldo Ángelo Brito Lhamas.
Carlos Alberto Coelho de Sousa.
Casimiro Gomes Pereira.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Fernando Barata Rocha.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Gabriel Soeiro de Carvalho.
João Vasco da Luz Botelho Paiva
José Alves da Cunha.
José Teodoro de Jesus da Silva
Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
Manuel Henriques Pires Fontoura.
Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
Maria Élia Brito Câmara.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Nicolau Gregório de Freitas
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
Basilio Adolfo Mendonça Horta da França.
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
Emídio Ferrião da Costa Pinheiro.
Eugenio Maria M. Anacoreta Correia.
Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
João Gomes de Abreu de Lima.
João José M. F. Puhido de Almeida.
Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
José Manuel Cabral Fernandes.
José Vieente J. Carvalho Cardoso.
Luís António de Sá de Azevedo Coutinho.
Luís Esteves Ramires.
Maria José Paulo Sampaio.
Narana Sinai Coissoró.
Rui Fausto Fernandes Marrana
Rui Mendes Tavares.
Walter Francisco-Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

António Joaquim Navalha Garcia.
António Marques Juzarte.
António Marques Pedrosa
Cândido Matos Gago.
Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
Carlos Alberto de Brito.
Carlos H. S. Aboim Inglês.
Custódio Jacinto Gingão.
Domingos Abrantes Ferreira.
Eduardo Sá Matos.
Ercília Carreira Pimenta Talhadas
Fernanda Peleja Patrício.
Francisco Miguel Duarte.
Georgette de Oliveira Ferreira.
Hermenegilda Rosa e. Pacheco Pereira.
Jaime dos Santos Serra
Jerónimo Carvalho de Sousa.
Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
Joaquim Gomes dos Santos.
Jorge do Carmo da Silva Leite.
Jorge Manuel Abreu de Lemos.
José Cavalheira Antunes.
José Manuel da Costa Carreira Marques.

José Manuel Maia Nunes de Almeida.

José Rodrigues Vitoriano.
Manuel Duarte Gomes.
Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
Manuel do Rosário Moita.
Maria Alda Barbosa Nogueira.
Nicolau da Ascenção M. Dias Ferreira
Octávio Floriano Rodrigues Pato
Raul Luís Rodrigues.
Severiano Pedião Falcão.
Vital Martins Moreira.
Vítor Henrique Louro de Sá
Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Manuel Augusto Monteiro.

Independentes

Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
Fernando Adriano Pinto.
Francisco Braga Barrios.
João António Martelo de Oliveira.
João Lucílio Caçula Leitão.
João Manuel Ferreira.
Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota
José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
José Júlio Carvalho Ribeiro
Júlio Maria Alves da Silva.
Manuel Cunha Rodrigues.
Manuel Valentim Pereira Vilai.
Rubem José de Almeida Martins Raposo.
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 143 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião
Eram 10 horas e 30 minutos

Na bancada do Governo encontravam-se já o Primeiro-Ministro (Maria de Lurdes Pintasilgo) e vários Ministros.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos, sobre o Programa do Governo, com as intervenções finais dos partidos, para as quais, segundo a ordem estabelecida, concedo a palavra ao representante da ASDI.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aproxima-se do final o debate sobre o Programa do Governo, que é, também, seguramente, um dos últimos actos desta Assembleia. Por isso mesmo, Sr. Presidente, em forma de despedida, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar todos os Deputados, singelo testemunho que posso dar de profundo respeito pela Casa a que pertencemos e pelo povo que nos elegeu e aqui representamos.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não creio estar a ser pessimista ou a canalizar uma visão sombria da realidade, quando penso que boa parte dos portugueses reflecte hoje profunda incerteza quanto se interroga sobre o seu destino. Penso, pelo contrário, que ao ceticismo se aliam a desorientação, a insegurança, a inquietação.

Mas com isto, e apesar disto, o que me recuso é a deixar de ter esperança.

Vozes de Deputados Sociais-Democratas Independentes:
— Muito bem!

O Orador: — O que me não permitirei é apenas estabele-

cer o rol dos males, acrescentando-lhe a demissão perante os desafios.

"Recusamo-nos a desesperar do homem", escrevia Albert Camus em Janeiro de 1945 [...] "Insistimos, pelo menos, em servi-lo".

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que bem poderia ser um Programa de Governo. Aí está, ao menos em tentativa, o que é este Programa do Governo. Creio estar aqui o cerne da questão, que é a margem de confiança ou desconfiança no Governo.

Humanismo, certamente, mas talvez o tema precise de ser enfrentado aqui e agora.

Há mais de dez anos dizia o primeiro director geral da UNESCO:

A humanidade está a caminho de uma civilização planetária [...] para onde é levada por duas forças, uma das quais é o progresso constante da tecnologia e a outra uma aspiração moral não menos irresistível: a necessidade do homem de aceder à humanidade.

E, numa outra intervenção, insistia, esclarecendo: [...] Importa que o homem reforce o seu conhecimento e o seu *controle* de si mesmo. Não apenas porque é a medida de todas as opções da sua história e o fim da obra de todos os seus esforços.

Tomar consciência — aguda consciência — do homem português nas suas dimensões de tempo e espaço, tomar consciência dos valores de que é portadora a luta por um mundo mais digno e justo, era o grande desafio deste debate.

O que se torna insuportável para alguns é o confronto entre um humanismo vivido e a construir e uma moldura personalista já sem conteúdo.

Como é possível explicar que antes de a constituição do Governo ser conhecida, antes do seu Programa sequer elaborado, tenha existido o mais "espantoso" movimento contra o Primeiro-Ministro?

Ou, de outra forma interrogado, que é tão incômodo que justifica que pela primeira vez dois partidos considerem dispensar-se de dialogar com o Primeiro-Ministro?

Ou prefiram anunciar à imprensa, antes da sua entrega na Mesa desta Assembleia, a moção de rejeição que laboriosamente acabaram por engendrar?

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É falso!

O Orador: — Parece hoje claro ter-se tratado de um exemplo intitulado de "manobrismo político".

Era preciso ser-se oposição ao Governo, fosse ele qual fosse, por isso antes se dava essa aparéncia com Mota Pinto. Era preciso que o Governo desse ideia de ser apoiado pela chamada "maioria de esquerda". Por isso se começou pela denúncia e se vai terminar na tentativa de dizer "tínhamos razão, como estão a ver".

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Oxalá não tivéssemos!

O Orador: — A semelhança entre a intriga privada e a da vida pública é por demais, evidente.

Aí está toda a diferença entre a proposta e a cabala, entre a frontalidade e os caminhos escusos, entre a verdade e a manipulação.

Vozes de Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — Creio, muito simplesmente, que três ideias básicas terão sido a causa determinante da "maquinção".

O Sr. Menores Pimentel (PSD): — Qual maquinção?

O Orador: — Em primeiro lugar, o não ser suportável aos seus opositores a afirmação de respeito pelas pessoas e pela sua autonomia. São extremamente fáceis as sonoras afirmações que a prática — da calúnia, do insulto, da degradação das relações de simples convivência pela intriga e pelo manobrismo permanentes — quotidianamente desmente.

Difícil é aceitar, por exemplo, que a liberdade de opinião ou de imprensa não é compatível com as campanhas orientadas por certas "centrais"; com o uso exclusivo e exclusivista dos meios de comunicação social, como se próprios fossem; com a manipulação.

Difícil é aceitar que o respeito pelas pessoas obriga a, por exemplo, quando se fala de eleições, se esclarecer que estas são apenas intercalares, e nem poderiam ser outra coisa.

A Sr.ª Emilia de Melo (PS): — Muito bem!

O Orador: — É, ainda, recusar o populismo, a demagogia, o oportunismo inconsequente, que leva, ao mesmo tempo que se fala de desespero pelo Poder — e julgo que tanto se insiste por temor de haver quem não acredite em tanta virtude —, a tudo, mesmo a verdade, subalternizar na luta pelo poder do Estado.

Com governos que caem de seis em seis meses não é possível a via de profundas reformas que é condição de progresso e de justiça.

Vozes de Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — Mas que importa o progresso económico, social e cultural, que importa a carência de bens para distribuir àqueles cujo único cuidado e única tarefa é impedir a realização dos projectos dos outros?

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por serem dos outros? Por serem projectos? Ou porquanto a sua tarefa maior e a sua vocação última é rejeitar e não construir, paralisar e arquivar em vez de fazer?

Vozes de Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Houve quem quisesse eleições intercalares e a dissolução da Assembleia da República.

Será lícito que acusem a dissolução de impedir que o Programa e a ação do Governo sejam fiscalizados na sua execução? E quem sustentava que o Governo deveria formar-se e estabelecer o seu Programa sem *contrôle* parlamentar, poderá falar em falta de fiscalização pelo Parlamento?

Uma voz do CDS: — Não tinha que haver programa.

O Orador: — O respeito pelas pessoas passa também por não as mistificar. O que se pretendia do Governo é que nada disto ficasse claro.

Protestos do PSD e do CDS.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Que lata! É formidável!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É muito inteligente!

O Orador: — O que se pretendia era poder manter uma certa forma de propaganda, a que se chamaria informação. Para isso, era preciso que o Governo nada fizesse nem quisesse fazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que se queria era o seu lavar-de-mãos, a sua inércia, e a isso se chamaria isenção.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro: Disse-se, por exemplo, que a presença no Governo do Ministro Costa Brás seria demonstração dessa falta de isenção.

Terci que infringir o que procurei ser regra própria — não falar dos amigos — para recordar que ao Ministro Costa Brás se deve em boa parte que em Portugal tenha havido eleições...

Aplausos dos Deputados sociais-democratas independentes e do PS

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Isto é isenção? !

O Orador: — ... cujo significado para a vida democrática portuguesa não pode ser esquecido por nenhum democrata.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: Terei ainda que recordar a sua actuação e a da PSP, que superiormente dirigida, aquando do cerco ao I Congresso do CDS, no Porto (ou em Lisboa, aquando da I Reunião da Juventude Centrista),....

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Ma come' Ma come'

O Orador: — ... ou, em vésperas do 11 de Março, quando um comício do então PPD foi atacado em Setúbal.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Está a delirar!

O Orador: — Sei que não precisava que fosse eu a dizer-lho e a dizer-lho aqui. Ter-lhe-ia porventura bastado verificar como não teve réplica aquilo que aqui disse. Mas quando certas afirmações ou insinuações são feitas, é preciso que, ainda que por conta alheia, alguém se envergonhe.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Tenha vergonha, tenha, que bem precisa.

O Orador: — Disse-se ainda deste Governo que corresponderia a um projecto militarista, de desertificação dos partidos e de poder presidencial, de "socialismo africano".

Não gastarei muito mais tempo com tais temas. Pelo menos antes que me expliquem como quem pedia a dissolução imediata do Parlamento e, consequentemente, um governo que aqui não viresse, encontra ainda lógica na sua fabulação.

Vozes de Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — Que, é certo, tem como pressuposta tal "camuflagem" que leva necessariamente a concluir que quem lutou no 25 de Novembro foi quem não esteve cá.

Risos.

Não há desertificação dos partidos se estes não quiserem. Os partidos são essenciais à democracia, embora não sejam a democracia. Os motivos de descrença dos Portugueses nos partidos políticos resultam, tão-somente, de os verem privilegiar os problemas internos da luta política, em vez de procurarem resolver os problemas concretos de Portugal...

Vozes de Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — ...de, enquanto os problemas dos Portugueses se agravam, se preocuparem — e sempre, ou seja, monotonamente, por mais que as circunstâncias mudem — em derrubar o Governo que está.

Tudo se passa como se o currículo ideal fosse "derrubámos seis governos e nunca nos arriscámos a governar".

Aplausos dos Deputados sociais-democratas independentes e do PS

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Então o PCP não aplaude?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Dividiu-se o bloco.

O Orador: — O que os Portugueses desejariam é que alguém fosse capaz de dizer: "Neste momento, é secundário..."

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É inadmissível!

O Orador: — ...o problema de quem ocupa o Governo. É fundamental a sua busca de soluções para Portugal."

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A busca do "tacho".

O Orador: — Finalmente, acusou-se o Governo de "terceiro-mundismo". Também aqui há clarificações a fazer. O que é o terceiro-mundismo?

A tomada de consciência, lenta e difícil, sem dúvida, de uma solidariedade universal?

O antagonismo dos interesses económicos, os conflitos ideológicos, o confronto dos regimes, comprometem a solidariedade dos povos. Justamente nessa medida estimulam e desafiam os homens à convicção profunda de viverem a aventura de um mundo em que está em causa a sua própria sobrevivência. Treceiro Mundo é revolução análoga à Revolução Francesa. São dois mil milhões de homens que se recusam a não ser nada, que reclamam os seus direitos ao desenvolvimento, que obrigam a um conceito novo de desenvolvimento.

Por isso há quem procure identificar Terceiro Mundo com subdesenvolvimento.

Curiosamente, esquece-se a América Latina e o subdesenvolvimento político, como ontem aqui anotava António Rebelo de Sousa. O compromisso oligárquico, o caudilhismo e o populismo, a impaciência infantil, que transforma as eleições num "agora não valeu, volta a jogar", a esperança sebastianista, a complacência ou intervenção militar são "outro terceiro-mundismo" e, para mim, é fácil a escolha entre ambos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Militares é consigo.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nem uma só das apaixonadas e violentas críticas feitas a este Governo resistiu ao debate. Basta referir, a título exemplificativo, que um Sr. Deputado afirmou que "os ambiciosos, embora vagos, objectivos do Programa contêm numerosas sobreposições à competência reservada da Assembleia da República". Não referiu uma única. Mais adiante, diria que o mais grave defeito do Programa é "a inaceitável ambição de introduzir modificações na sociedade portuguesa e nomeadamente legislando ou preparando legislação em inúmeras matérias". Também aqui a sua modéstia e sentido das proporções o dispensaram de apontar um único exemplo. Ficou-se por acusar os termos "vagos" do Programa.

De tal modo tudo se processou que penso educativo que se possa fornecer aos interessados cópia da gravação completa do debate, para que os Portugueses possam conhecer de mérito das propostas e das críticas... do seu fundamento e seriedade.

Mas não basta a um governo ser alvo de críticas injustas e infundamentadas para merecer o nosso apoio.

Nada temos com a sua constituição...

Risos do PSD.

...visto que não fomos, nem tínhamos que ser, para tal ouvidos. E é sabido que a solução adoptada de dissolução da Assembleia não era a que teríamos preferido.

Nem pouparamos esforços para que outras soluções fossem possíveis, nem é, também, este o nosso programa. Mas pensamos muito claramente que a proposta apresentada a nosso julgamento tem suficientes virtualidades positivas.

Não se fecha às aspirações colectivamente sentidas a mais justiça, mais igualdade, mais solidariedade. Contém, em si mesmo, sucessivos apelos ao diálogo.

E também aqui o debate demonstrou como há "coerências" amiúde invocadas que de dobradas sobre si mesmas se tornam sectárias e só existem para o confronto que se tornou sua razão de ser.

Por tudo isto, pensamos que o Programa não deve ser rejeitado. Não apoiaremos, portanto, a moção nesse sentido apresentada e que a ter efeito útil se traduziria na impossibilidade de dissolução da Assembleia e, como tal, pelo menos no adiar das eleições intercalares.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Não é verdade!

O Orador: — Não deixa, por isso, de ser pelo menos estranha a sua apresentação. Porquanto, ou ela pretendia ganhar e então inviabilizar as eleições, ou foi feita com a garantia da sua derrota, ou seja, sem eficácia, sem transparência, sem ser sequer para afirmar princípios

Acrescentarei citando:

Numa democracia estabilizada e plena o derrube de um governo é facilmente compreendido e a consequente crise política criada rapidamente absorvida. Em Portugal [...] não é assim. Temos tido sucessivos governos provisórios e constitucionais, estes quase tão provisórios como os anteriores, cuja acção não tem conseguido imprimir um novo ritmo e uma nova direcção à sociedade portuguesa. Flutuações, mudanças, desvios, indefinições, ambiguidades, acrobacias mais do que palavras ou conceitos, tornaram-se o dia-a-dia da [...] vida dos Portugueses.

Cito palavras, que têm toda a minha concordância (por isso as evoco), da declaração de voto do PSD quando foi derrubado o Governo Nobre da Costa (*Diário da Assembleia da República* n.º 99 de 15 de Setembro de 1978). Então se disse também — volto a citar:

Se as direcções dos partidos tivessem uma alternativa, a sua atitude era lógica e correcta. Mas não a apresentaram em devido tempo, logo não a tiveram.

Destruíram, mas não deram nada em troca.

Triste exemplo de comportamento democrático daqueles que, tendo fechado as portas, agora bradam por elas não estarem abertas.

Poderia ser o habitual "fim de citação".

Mas há, pelo menos, outro pedaço importante.

Então se disse que os Portugueses desejam "que discutamos o que lhes vai suceder. Que apoiemos o que é bom, que corrijamos o que é mau. É para isso que o povo nos elegeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parece evidente que ao projecto do Governo nenhuma alternativa foi apresentada.

Que, abstraindo das diferenças sensíveis de actuação ao longo do debate e da conjugação de esforços em aliança meramente derrubante, e que por isso até poderia ser ocasional, a viagem proposta ao povo português já não é por caminho de ferro e com uma estação comum, mas a de um automóvel em que, estando de acordo com o percurso, há

pelo menos dois candidatos a condutores capazes de lutarem pelo volante.

Risos.

O menos que poderá dizer-se é que a perspectiva da viagem não é aliciante, nem isenta de riscos. Tanto maiores quanto mais Verão tranquilo prometem...

A grande lição deste debate é que há quem para a democracia e para Portugal pretenda o arremedo da justiça, que é cortar ao meio, "bipolarizando" o futuro, como as mães da História Clássica. O que distingue alguns é que para eles não é importante quem detém o Poder, mas que a democracia e a Pátria possam viver.

Vozes de Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — é para os outros, bem ao contrário, o que não importa que se corte ao meio...

A nossa responsabilidade não é falar da democracia; é lutar por ela e viabilizá-la. Não é falar dos direitos da pessoa; é praticar o respeito mútuo, e tolerância. Não é desgastar com palavras, mas avançar com ações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito serenamente, vamos votar. Esse contributo à clarificação que, foi dito, nós é exigido, não seria necessário porque nunca recusámos "dar a cara". E julgaremos o Governo pela ação de que for capaz, e não pelas intenções que lhe atribuem.

Aplausos dos Deputados sociais-democratas independentes e do PS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — O PS está satisfeito com o satélite.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da UDP.

O Sr. Manuel Monteiro (UDP): — Sr. Presidente, Sr.^a Primeiro-ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao longo deste debate pusemos ao Governo um conjunto de questões que expressavam o que, segundo o nosso entender, eram as preocupações e as exigências fundamentais dos trabalhadores e de todo o povo português.

Essas questões tocavam matérias importantes, como as garantias de exercício das liberdades democráticas, a situação nos órgãos de comunicação social, a Reforma Agrária e a legislação do trabalho.

Poucas das questões por nós levantadas tiveram uma resposta clara dos membros do Governo.

O Programa apresentado pela Sr.^a Primeiro-Ministro enferma de uma flagrante contradição entre, por um lado, a intenção expressa de prosseguir a política económica anterior, assente nos acordos com o FMI e a CEE e no Orçamento Geral do Estado do Governo Mota Pinto, e, por outro lado, um conjunto de promessas de melhoria da situação económico-social e do bem-estar dos trabalhadores.

Nós dizemos claramente: é impossível uma política de justiça social e de melhoria do nível de vida dos trabalhadores sem cortar radicalmente com os traços fundamentais, mesmo com os pilares da política económica anterior, dita pelo imperialismo e pelo grande capital. É isto que este Governo não pode, nem está disposto a fazer.

Por isso, a UDP afirma que os trabalhadores não podem esperar deste Governo a solução de um único dos grandes problemas que afligem as massas populares. O custo de vida irá aumentar, as pequenas e médias empresas continuarão a ser arruinadas, o estrangulamento económico da Reforma Agrária e das empresas nacionalizadas irá prosseguir. Enquanto isto, o Governo afirma no seu Programa a clara intenção de incentivar a iniciativa privada e de acionar o processo das indemnizações aos capitalistas e latifundiários.

O Governo deixou também claro, quer no texto do Pro-

grama, quer nas intervenções feitas ao longo do debate, o seu propósito de cumprir a legislação reaccionária existente, como a lei Barreto e a lei sobre despedimentos e não respondeu sequer à exigência feita pela UDP e pelo movimento sindical de anulação da legislação do trabalho da autoria do Governo Mota Pinto.

A UDP afirma claramente: pautando a sua actuação por tal legislação, contrária aos interesses dos trabalhadores, é impossível que este Governo deixe de se afrontar com as massas populares, em luta pela defesa dos direitos e das conquistas tão duramente alcançados após o 25 de Abril.

Este Governo — ao contrário da imagem que pretende dar — não é, pois, um Governo para fazer uma política de apaziguamento social. O confronto com o movimento sindical, com os assalariados rurais, com os sectores da população portuguesa que mais duramente têm lutado contra a miséria, contra os despedimentos, pela defesa dos seus direitos, irá prosseguir.

Nenhuma garantia nos foram dadas em relação à actuação da GNR no Alentejo, nem à suspensão das entregas de reservas, e vagas e imprecisas foram as respostas dadas às nossas perguntas sobre comunicação social.

Sr Presidente, Srs Deputados: Este Governo surge num período particularmente importante. Vai travar-se nos próximos meses uma batalha eleitoral de grande significado político. Nesta, vão empenhar-se todas as forças políticas e vão confrontar-se todas as classes sociais, com as suas exigências próprias e os seus interesses políticos.

Não se trata, ao contrário do que aqui foi dito pelo Ministro da Administração Interna, de um vulgar acto eleitoral, mais ou menos rotineiro na vida política nacional.

Pelo contrário, estas eleições vêm no seguimento de importantes acontecimentos políticos, de uma crise política que se arrasta e agudiza há longos meses e que tem impedido as forças reaccionárias de se consolidarem no poder e entravado a aplicação do seu plano de destruição das conquistas revolucionárias do 25 de Abril.

Este plano, ditado pelo Fundo Monetário Internacional, conforme denunciámos já numa intervenção anterior, e apoiado pelo congresso das actividades económicas dos grandes capitalistas, tem sido posto em prática pelas forças de direita sob a liderança do general Ramalho Eanes. Efetivamente, o Presidente da República, destituindo os Governos do PS quando estes já não serviam a sua política, não hesitando em marginalizar a Assembleia da República e em tomar a iniciativa da formação de Governos da sua exclusiva responsabilidade tem assumido um papel cada vez mais determinante na evolução da vida política nacional.

O Governo Mota Pinto foi o agente fiel da sua política, empenhou-se na destruição das conquistas mais importantes dos trabalhadores, na violação aberta e flagrante da Constituição. Foi o mais reaccionário de todos os governos havidos após o 25 de Abril, o que mais concentrou em si o ódio dos trabalhadores.

Mas o Presidente da República não se limitou a ter a iniciativa na formação deste Governo. Manteve-o no Poder contra a vontade expressa da Assembleia da República e veio em sua defesa, quando mais violenta e frontalmente foi posto em causa pelos trabalhadores, na sequência dos incidentes na Reforma Agrária e das grandes manifestações do 1º de Maio.

O primeiro responsável pelas forças armadas permitiu que, por diversas vezes, sobre esta Câmara a hierarquia reaccionária exercesse manobras de chantagem e pressão. Foi o que aconteceu aquando da votação do Orçamento Geral do Estado, foi o que mais recentemente se repetiu com a Lei da Amnistia.

Face a esta situação, foi manifesta a incapacidade dos Deputados eleitos pelo povo português, particularmente do PS e PC, de responderem ao mandato que lhes tinha sido confiado pelos trabalhadores e de se oporem às tentativas de Eanes de subalternização da Assembleia da República às

manobras de pressão e de chantagem da hierarquia militar, às constantes violações da Constituição.

O movimento popular, particularmente a resistência heróica dos trabalhadores rurais do Alentejo, desempenhou um papel fundamental em alterar esta situação e inviabilizar o Governo Mota Pinto e obrigar Eanes à convocação de eleições intercalares.

Sr. Presidente, Srs Deputados: É neste contexto que Eanes investe o actual Governo. É um novo Governo, com algumas caras novas, mas não uma nova política. Se depois deste debate algumas dúvidas restassem — e nós não as temos —, aí estão os factos para desfazer quaisquer ilusões. Há dois dias o Ministro da Defesa de um Governo que ainda não passou nesta Assembleia deu luz verde ao acordo para que os alemães continuem a utilizar a Base Aérea de Beja, acordo cuja negociação foi dirigida por Eanes a partir da sua visita à RFA, em 1977. Este acto é bem mais significativo que todas as solenes declarações feitas aqui nesta Assembleia!

O chefe do 25 de Novembro continua no comando da política do imperialismo e o Governo da Sr.ª Lurdes Pintasilgo mais não fará que amenizar a brutalidade e selvajaria que Mota Pinto utilizou contra os trabalhadores e o povo.

Sr. Presidente, Srs Deputados: O PPD e o CDS, com a pedalada que lhes ficou do Governo Mota Pinto, têm intervindo neste debate num estilo agressivo, arrivista e reaccionário.

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — O discurso salazarento voltou a esta Assembleia pelos propagandistas da Aliança dita democrática, ou melhor, União Nacional na sua 3.ª edição, decerto revista e actualizada.

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — Na verdade, nada de fundamental os opõe à política novembrista dirigida pelo Presidente da República. Mas pretendem maior ritmo de aplicação, não suportam os zigzagueiros a que o movimento popular e as forças democráticas obrigam Eanes, não admitem quaisquer concessões táticas, mesmo que estas se limitem à simples alteração de forma de prosseguir o mesmo rumo, a mesma política.

Passados cinco anos, as querelas entre os ultras de Kaulza e Marcelo Caetano parecem querer repetir-se!

Os partidos da Aliança reaccionária, desde que entraram em luta-de-mel, não deixam de proclamar aos sete ventos que o País precisa de uma nova política. Na realidade, o País necessita de uma nova política radicalmente diferente da política do general Eanes. Os trabalhadores, as massas populares, têm exigido essa política diferente, têm lutado e continuarão a luta pela política do 25 de Abril, a política a favor de quem trabalha, contra os exploradores e os parasitas.

Esta nova política que os trabalhadores exigem não é a nova política da Aliança reaccionária. A nova política de que fala a Aliança da direita é a política que o PPD pratica nos Açores e na Madeira, onde os atentados aos direitos dos trabalhadores, à democracia e à liberdade só encontram paralelo na política do fascismo denunciado em 25 de Abril.

Em Portugal houve um 25 de Abril, o povo português, tal como rejeita e luta contra a política do general Eanes, não aceita as novidades políticas do PPD e do CDS. Os resultados eleitorais comprová-lo-ão. A nova maioria da direita jamais existirá no Portugal democrático de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No seio do movimento popular começaram já a confrontar-se e não ser debatidas duas perspectivas sobre o modo de encarar a actual batalha eleitoral.

Os partidos reformistas, o PCP e o PS, irão tentar colaborar com o Governo na criação de um clima de paz social

durante o período das eleições. Mas o que quer dizer a paz social durante o período eleitoral?

Quer dizer que o movimento sindical irá renunciar a organizar e dirigir as greves em Outubro próximo, aquando da contratação colectiva. Quer dizer que os assalariados rurais devem abandonar a resistência às entregas de reservas, desde que sejam corrigidos os abusos e ilegalidades mais flagrantes na aplicação da lei Barreto. Quer dizer que os democratas deverão deixar de exigir a remodelação da direcção dos órgãos de comunicação social e que estes continuaram nas mãos da direita. Quer dizer, em resumo, que os trabalhadores devem, nos próximos meses, deixar-se espoviar pacificamente, enquanto o Governo fica com as mãos livres para aplicar a mesma política.

É esta a perspectiva que transparece algumas das intervenções das bancadas do PCP, é esta perspectiva que este partido divulga já no seio dos trabalhadores da Reforma Agrária e no movimento sindical.

Vozes do PCP: – Não apoiado!

O Orador: – A UDP afirma claramente: não é essa a nossa perspectiva da batalha eleitoral que se irá travar nos próximos meses. Nós chamamos os trabalhadores a intervirem com redobrado vigor, com as suas reivindicações próprias. Chamamos os assalariados rurais a desencadearem a luta pela revogação da lei Barreto. Chamamos todo o povo português a exigir a anulação das leis e medidas reaccionárias do Governo Mota Pinto.

A campanha eleitoral deve ser aproveitada pelo movimento popular para exigir uma nova política ao serviço dos trabalhadores e do 25 de Abril.

A UDP defende que os trabalhadores não devem fazer pacto algum com o actual Governo mas sim confrontá-lo com as reivindicações e as lutas das massas populares.

A UDP defende que as eleições não devem ser transformadas num clima de paz social, mas sim num período de intensificação das lutas populares.

Os partidos reformistas preparam a campanha eleitoral sob o *slogan* do voto útil, procurando que as massas populares e os antifascistas, como forma de combater o perigo de uma vitória eleitoral da Frente de direita, não depositar os seus votos nos ditos "grandes partidos de esquerda", isto é, no PC e no PS.

Esta é uma ilusão em que os trabalhadores não cairão. Efectivamente, estes partidos, na Assembleia da República, constituíram uma fraca e inconsequente oposição às forças de direita. O PS tem a responsabilidade política de ter proposto e feito aprovar, com o apoio do PPD, a lei Barreto. O PCP não votou no projecto de lei da Reforma Agrária apresentado pela UDP, que correspondia inteiramente às aspirações dos trabalhadores.

Vozes do PCP: – Querias!

O Orador: – O PS foi responsável pela apresentação nesta Câmara da lei Gonçalva, que visa destruir o movimento sindical, em aliança com o PPD e o CDS.

Em numerosas questões fundamentais o PS tem estado de mãos dadas com o PPD e o CDS contra os trabalhadores.

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – O PCP, pelo constante apoio ao Presidente da República, pela sua recusa e incapacidade de desenvolver todas as potencialidades do movimento popular, pelos entraves que põe ao desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, é incapaz de constituir uma barreira eficaz à aplicação da política de direita.

Vozes do PCP: – É falso!

O Orador: – Só a luta dos trabalhadores pode impor uma outra política, alicerçada na defesa das conquistas populares e no 25 de Abril.

A acção divisionista que vem sendo conduzida pela direcção do PCP, fazendo dos militantes de esquerda, dos revolucionários e mesmo dos militares de Abril os alvos preferidos dos seus ataques, mostra bem que a política deste partido não visa reforçar a luta e a unidade dos trabalhadores.

Nós afirmamos: para derrotar a política da direita é necessário que o período eleitoral seja um período de reforço e afirmação da unidade popular em torno de objectivos políticos claros.

Todos os que querem defender as conquistas do 25 de Abril devem estar do mesmo lado, na mesma barricada, no duro confronto de classes que se vai desenrolar.

A UDP está empenhada, nas empresas, nos bairros, nos campos do Alentejo, no Douro, em Trás-os-Montes, na constituição de comissões destinadas a dinamizar a unidade popular.

Em Lisboa, no Porto, no Alentejo, no Nordeste, no Algarve, na Madeira e nos Açores, em todos os pontos do País, decorrem iniciativas várias com apoio de antifascistas e democratas sem partido, militantes de organizações revolucionárias, militantes do PCP e do PS, no sentido de dinamizar e organizar este movimento de unidade popular em comissões eleitorais.

A UDP está empenhada na destruição do espírito de seita, que tem levado a que, no seio dos revolucionários, dos antifascistas, do povo português, campeie a divisão por questões secundárias que nada têm a ver com os interesses fundamentais dos trabalhadores. É a política do 25 de Abril que nós queremos afirmar, e essa política é a política pela qual se manifestou a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses, da intelectualidade antifascista, dos moradores pobres, dos campesinos.

Só um movimento unitário constituído a partir dos trabalhadores, de baixo para cima, alicerçado nas lutas das massas populares, poderá abrir caminho para a constituição de um Governo que defenda a política do 25 de Abril e cujo Programa seja o da defesa intransigente das conquistas populares.

Só o tal movimento poderá conseguir um grupo de Deputados revolucionários que na próxima sessão legislativa, a partir desta tribuna, defenda os interesses dos trabalhadores.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PCP.

O Carlos Brito PCP: – Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A concluir a intervenção do Grupo Parlamentar do PCP no debate sobre o Programa do V Governo, cumpre-nos declarar que, para a bancada comunista, não foram em vão estes dias de trabalho, ocupados na apreciação das orientações que o Executivo presidido pela Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo se propôs pôr em prática tendo em vista a realização das eleições legislativas intercalares e durante "o período de cem dias" em que desenvolveu a sua acção, se obtiver como tudo indica, a investidura da Assembleia da República.

São duas e de natureza diferente as principais conclusões que retirámos do debate: a primeira, reside na confirmação da expectativa positiva em que nos colocámos, desde o início, sobre o propósito deste Governo de promover "um clima de serenidade" e de pautar pela isenção a sua actuação em tudo o que se relaciona com o processo eleitoral; a segunda, consiste no acrescentamento das preocupações que aqui anunciamos desde a primeira hora relativamente à estratégia de continuidade em matéria de orientação económica, designadamente no que se refere às exigências do Fundo Monetário Internacional, o que, a nosso ver, pode

deitar por terra intensões positivas anunciadas pelo Governo em diversos domínios, dificultando seriamente o abrandamento das tensões sociais e políticas.

Voltaremos mais desenvolvidamente a estas duas conclusões.

Antes de fazê-lo, importa considerar um outro aspecto deste debate, o do seu próprio sentido, uma vez que foi aqui acerbamente questionado.

PPD/PSD e CDS, em palavras iguais e que seria ocioso repetir, declararam-no sem sentido nenhum. Importa dizer que os "coligados" não foram capazes de produzir qualquer argumento convincente que pusesse em causa o processo institucional que conduziu a este Governo e a este debate, nem sobre o carácter constitucional de um e de outro.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Dizer-se que o Governo ficará diminuído com a dissolução da Assembleia da República, o que ninguém contesta, não basta para proclamar a inutilidade de lhe tomar contas à partida, de averiguar os seus propósitos, de suscitar um compromisso com os representantes do povo, que ainda somos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Foi o que vocês fizeram com o Governo Mota Pinto!

O Orador: — O que se estranha é que dois partidos aqui representados insistam, contra o mais claro bom senso, em que não é esta a forma mais transparente e mais conveniente para a democracia portuguesa de pôr em marcha um Governo que vai desenvolver a sua actividade durante o período de dissolução da Assembleia da República.

O processo de formação e o debate sobre o Programa deste Governo não tem sentido para o PPD e o CDS não porque os mesmos sejam inconstitucionais, mas porque eram inconstitucionais os planos destes dois partidos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Parece a ASDI a falar!

O Orador: — Para o PPD e o CDS este Governo e este debate não têm sentido nenhum porque era totalmente diferente o plano que os dois partidos da direita, coligados, tinham amadurecido, estabelecido e dado por adquirido para chegarem ao Poder e mudarem o rumo das coisas em Portugal.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Olhe que não!...

O Orador: — A realização de eleições legislativas que antecipasse as de 1980, a associação do referendo ao acto eleitoral, a manutenção do Governo Mota Pinto como governo de gestão na plenitude das competências ou até mesmo demitido, a dominação dos órgãos de comunicação social estatizados e a sua completa instrumentalização, são algumas das peças conhecidas do plano, de que, obviamente, fazia parte também o reagrupamento das forças reaccionárias, conservadoras e monárquicas, numa nova "acção nacional popular", que os seus autores rebaptizaram com a designação de "Aliança Democrática".

Este Governo e este debate não têm sentido nenhum para o PPD e para o CDS porque representam uma afirmação do país real, que interrompe subitamente o elevado sonho com que a direita já se representava reinstalada no Poder.

Mas a manobra fracassou, o sonho dissipou-se, impuseram-se as realidades e o País pôde observar a verdadeira face das forças reaccionárias.

A caterva de insultos às campanhas de difamação dos órgãos de informação sob o seu controlo, incluindo os estatizados, atitudes descorteses e antidemocráticas, como não se haviam visto depois do 25 de Abril, onde avulta a recusa

de uma entrevista com o Primeiro-Ministro indigitado de Portugal, ao mesmo tempo que se escolhe a oportunidade para visitar a corte do Rei de Espanha...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Já ontem disse isso!

O Orador: — ...as operações desestabilizadoras, entre as quais avultam as provocações na zona da Reforma Agrária e a greve ilegal da Direcção da Ordem dos Médicos, os actos falhados, o destempero e a pobreza de ideias em relação a este debate e no decorrer dele testemunham tanto as desmedidas ambições da direita e a arrogância que se assumiu ao julgá-las consumadas, como o desespero e o abatimento ao vê-las comprometidas.

Vale a pena considerar *um dos principais motivos de ataques* ao actual Executivo, que aqui foi trazido pelos oradores da coligação reaccionário-monárquica: é o de que a inclusão no elenco governamental de antigos membros do PPD constitui uma "gratuita e intolerável provocação" a esse partido.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Que amigos estão agora!

O Orador: — Será mesmo? Então o Mota Pinto, não era ele também um dissidente do PPD?

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Por isso não o apoiamos!

O Orador: — Que se saiba, não só a sua indigitação para o cargo de Primeiro-Ministro não foi considerada uma "gratuita e intolerável provocação", como o próprio presidente do PPD assistiu em pessoa ao seu acto de posse.

A sensibilidade irritadiça que o PPD hoje manifesta em relação ao desempenho de cargos públicos por parte de antigos membros desse partido confirma o que então afirmámos: é que Mota Pinto não era um ex-PPD, era sim um ex-dissidente.

Risos

E por isso a designação do Governo Mota Pinto/PPD foi não só adequada mas legítima.

Aplausos do PCP.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Isso queriam vocês. Essa era a manobra.

O Orador: — A história fez luz sobre os acontecimentos.

Mais ainda. As patentes implicações políticas e orgânicas do CDS e do próprio PPM no Governo Mota Pinto fizeram dele um verdadeiro executivo da aliança reaccionário-monárquica, representando uma amostra significativa do que esta faria se voltasse a ser Governo do País e que serve seguramente a muitos portugueses para orientarem a sua próxima escolha eleitoral.

Como amostra, os seus resultados são esclarecedores para o povo português: agravamento das dificuldades económicas e financeiras do País e da dependência em relação ao imperialismo, degradação das condições de vida das massas populares, aumento do desemprego, violação da Constituição e das leis, estabelecimento de um clima de repressão contra os trabalhadores e o povo, descarada e inconstitucional ofensiva contra as transformações democráticas operadas em Portugal depois do 25 de Abril. Juntem-se a esta amostra as amostras dos Governos Regionais do PPD nos Açores e na Madeira, onde a injustiça social mais brutal, a exploração mais desenfreada e os atentados permanentes às liberdades e direitos dos cidadãos continuam praticamente como se o 25 de Abril não tivesse passado pela terra portuguesa. É assim que a direita governa.

Vozes do PSD: — É falso! Não apoiado!

O Orador: — Não é este o futuro que a grande maioria dos portugueses quer para Portugal e as eleições vão julgá-lo!

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Para si, só a União Soviética!

O Orador: — Voltamos aqui às duas conclusões principais deste debate, que atrás referimos, para dizer, em relação à primeira, isto é, ao propósito do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo de criar um "clima de serenidade", que é em face do quadro deixado pelo Governo Mota Pinto e que as forças reaccionárias procuraram continuar através de operações desestabilizadoras que esse propósito assume pleno significado.

Porque as forças reaccionárias procuravam e procuram condicionar a escolha livre dos Portugueses através de um clima de choques, confrontações, intimidações e perseguições...

Uma voz do PSD: — Está-se a ver ao espelho!

O Orador: — ...comprende-se melhor o valor que um clima de serenidade pode ter como forma de assegurar a democraticidade das próximas eleições.

O Orador: — Entendemos que este objectivo não pode constituir tarefa exclusiva do Governo. Deve ser tarefa de todas as forças democráticas, tarefa assumida pelo nosso próprio povo.

Enquanto partido democrático responsável, assumimos em toda a latitude a nossa parte na realização deste objectivo.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas não queremos deixar de advertir que o agravamento das tensões e conflitos que a actuação do Governo Mota Pinto provocou na nossa sociedade consistiu não apenas em actos de violação e desrespeito da legalidade e dos direitos e garantias dos cidadãos, mas emergia da opção de fundo da sua política, isto é, o propósito de restaurar a todo o custo e aceleradamente o poder económico e político do grande capital.

A política de austeridade, ou o chamado "programa de estabilização", ou tudo dito mais crumente, as exigências do Fundo Monetário Internacional representaram para o Governo anterior, a par de outros, evidentemente, instrumentos privilegiados para a consecução dos seus objectivos reaccionários.

A reafirmação durante o debate da estratégia da continuidade já anunciada no Programa em relação a aspectos de fundo dessa política e a tentativa de valorizar alguns dos seus resultados não podia, evidentemente, deixar de accentuar as nossas preocupações.

A subordinação as ditames do FMI, a política dos pacotes, a política de austeridade para os trabalhadores e para as camadas médias e de acumulação para os sectores parasitários e para os grandes capitalistas e agrários tem sido uma política de desastre que as estatísticas e a vida demonstram, nos mercados, nos transportes, nas fábricas e nos campos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Argumenta-se que houve uma melhoria na balança de transacções correntes. Ora a verdade é que o déficit da balança comercial, principal componente da balança de pagamentos, e a que melhor reflecte a situação económica, tem continuado a aumentar, e se o seu ritmo abrandou, isto deve-se, quanto a nós, não a qualquer êxito da política seguida, mas à redução do crescimento do pro-

duto interno bruto, à quebra do investimento e do poder de compra da população portuguesa, aos stocks especulativos formados em 1977, à desvalorização do dólar, à relativa estabilização das cotações de algumas matérias-primas, como o petróleo.

É evidente que se a produção atingiu taxas negativas, como está a atingir, com o consequente rol de desemprego e de falências, as importações sofrerão uma quebra e o ritmo do déficit abrandará. Mas é isso que se quer, é isso que se apelida de êxito?

Poderá falar-se em êxito em relação à política dos pacotes quando a dívida externa do nosso país ultrapassa presentemente os 300 milhões de contos, quando a estagnação da produção se acentua?

Poderá falar-se de êxito de uma política de austeridade ou de apoio às pequenas e médias empresas, quando o número de falências aumentou 37,3% entre 1977 e 1978 e 66,7% quando se atende ao capital social envolvido?

Em relação ao desemprego, as estimativas evidenciam um claro agravamento em 1978, com um acréscimo, segundo o Instituto Nacional de Estatística, de mais 25 000 desempregados. O peso do desemprego feminino em relação ao total passou de 54,6% em 1977 para 60,3% em 1978, e em 1979 a situação continua a agravar-se.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — A culpa é da maioria de esquerda.

O Orador: Por outro lado, se analisarmos a evolução do índice de preços, pelos seus componentes, facilmente se verifica sobre quem tem recaído o maior fardo do custo de vida. Em 1978 a taxa mais elevada verificou-se nas "despesas de habitação" (mais 23,8%), logo seguida pela "alimentação e bebidas" (com mais 21,1%).

Aliás, o relatório do Banco de Portugal de 1979, ao analisar a variação dos preços, não deixa margem a dúvida ao afirmar que a componente "outros rendimentos", cuja subcomponente principal são os lucros, foi responsável em 1978 por 48,3% da variação dos preços e isto quando a produtividade do trabalho aumenta.

Será, pois, que o que se considera êxito é o ter-se diminuído os salários reais, só em 1978, na ordem dos 5,4% em Lisboa e 10% no Porto, chegando o Banco de Portugal a expressar que aqueles se situam hoje a nível inferior aos de 1968?

Será que se considera ainda êxito da política dos pacotes e da política do Governo Mota Pinto/PPD/CDS o ter-se atingido como nunca um grau de concentração do nosso comércio externo — 82% das exportações e 77% das importações com os países da OCDE?

É necessária uma nova política, é a vida que o demonstra.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Com isto não pretendemos desvalorizar os objectivos e medidas positivas anunciadas e que têm em vista minorar os efeitos desastrosos desta política, designadamente, como se refere no Programa, "os que comprometem o desenvolvimento a médio prazo e os que mais afetam o actual nível de vida e de emprego dos Portugueses".

Tivemos ocasião, ao longo do debate, de detalhar todos aqueles que nos mereciam maior apreço e anunciámos o propósito do nosso lado de contribuir para que sejam alcançados.

Receamos, contudo, que a não se encarar uma inversão da estratégia de fundo, a dinâmica dos processos até agora seguidos continue a conduzir aos mesmos resultados.

A grave situação a que a política de recuperação capitalista conduziu o País e o povo não se resolve com mezinhas caseiras, com medidas desgarradas, por muito que, isoladamente, cada uma delas se revele carregada de justiça.

A situação exige uma auténtica viragem democrática da política nacional.

O PCP preconiza uma nova política que se adeque à satisfação dos interesses das mais largas camadas da população portuguesa, que tenha em conta as realidades do Portugal democrático e que assente na defesa da unidade da Pátria e da independência nacional.

Como primeiro pressuposto, impõe-se que essa política se baseie pelo rigoroso cumprimento da Constituição e pelo respeito integral das liberdades e dos direitos dos cidadãos. A vida vem demonstrando que são as forças reacionárias que violam sistematicamente a legalidade democrática, enquanto as forças do progresso social actuam no respeito rigoroso do regime democrático e constituem-se no baluarte da sua defesa.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): -- Que lata!

O Orador: — Para que o bem-estar e a satisfação das populações possam ser alcançados e o País possa sair da grave crise que atravessa o PCP preconiza uma nova política económica e financeira, virada para o desenvolvimento e assente nos recursos e energias internas. Essa política é possível e é urgente.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Virada para Moscovo!

O Orador: — Os grandes projectos nacionais, como a barragem do Alqueva e o Plano Siderúrgico Nacional, devem ser relançados e os sectores básicos da economia consolidados e desenvolvidos. Em muitas actividades impõem-se medidas eficazes de reestruturação, reconversão e reequipamento de empresas.

O PCP defende uma nova política financeira, designadamente na concessão de crédito e na fixação de juros, que vise a dinamização da economia e não constitua um espartilho para as pequenas e médias empresas.

O PCP defende uma alteração profunda da política comercial visando a racionalização do sector, o combate à especulação, ao parasitismo e às situações imorais de monopólio e contendo medidas que apoiam e defendam os produtores, os consumidores e os pequenos e médios comerciantes.

O PCP entende que urge diversificar o comércio externo estabelecendo e intensificando relações comerciais com outros países que não a mera dúzia que hoje praticamente monopolizam as nossas compras e as nossas vendas; entendemos ainda que em vários sectores se impõe a substituição de produtos importados por produtos nacionais, combatendo também desta forma o *deficit* externo e incrementando a produção nacional.

O PCP preconiza uma nova política agrícola que vise a satisfação dos pequenos agricultores, rendeiros, seareiros e trabalhadores das cooperativas e dos UCP por forma a aumentar o produto agrícola, garantindo os preços e o escoamento dos produtos, facilitando o crédito e fornecendo o indispensável apoio técnico.

É evidente que uma tal política exige a mobilização, o empenho e o esforço criador de milhões de portugueses, trabalhadores, camponeses, técnicos e intelectuais, pequenos e médios comerciantes e industriais. Mas tal esforço não está seguramente negado se um dos traços característicos dessa política, tal como o PCP preconiza e considera prioritário, for a melhoria das condições de vida material e cultural do povo.

Aplausos do PCP.

O PCP entende que se impõe o desbloqueamento da contratação colectiva e que os salários, no mínimo, acompanhem o aumento de preços.

O PCP defende a satisfação das reivindicações dos reformados e pensionistas.

O PCP preconiza o combate ao desemprego, incentivando-se a criação de novos postos de trabalho que permitam a colocação, tão rápida quanto possível, dos milhares de desempregados e dos jovens em busca do primeiro emprego.

O PCP defende que a qualidade dos serviços de saúde seja melhorada com a rápida implementação do Serviço Nacional de Saúde e que a política de habitação se dirija a garantir rendas acessíveis, a combater a especulação e, fundamentalmente, a vencer progressivamente as enormes carências habitacionais que afectam centenas de milhares de portugueses.

O PCP defende a adequação do ensino às necessidades do desenvolvimento económico, a liquidação do analfabetismo e a criação das condições necessárias ao acesso dos filhos dos trabalhadores a todos os graus de ensino.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O PCP preconiza a realização de uma política nacional de apoio à criança e à mulher.

O PCP defende a realização de uma política cultural que garanta a efectiva liberdade de criação artística e cultural e o acesso das massas à vida cultural.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — É como na Rússia!

O Orador: — Uma viragem da política nacional realiza-se, dentro do quadro democrático-constitucional, no respeito pelas novas realidades do Portugal de Abril.

O PCP preconiza a dinamização e o respeito pelos limites das diversas formações económicas. O sector nacionalizado, a Reforma Agrária, o sector cooperativo e empresas em autogestão têm de ser defendidos e consolidados, a par do sector privado, que ocupa um lugar de relevo em muitos sectores da economia portuguesa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A política de restauração do poder do capital, dos latifundiários e do imperialismo, afrontando estas realidades, tem vindo a merecer o completo repúdio de cada vez mais largas camadas do povo português, constituindo, particularmente na prática do Governo Mota Pinto/PPD/CDS, uma fonte permanente de conflitos e confrontos e traduz-se na agudização dos conflitos políticos e sociais e na instabilidade do regime.

Para além de desintervenções de empresas, feitas de modo ilegal e arbitrário, para além das decisões e decretos-leis que violam o princípio constitucional da irreversibilidade das nacionalizações, para além dos despedimentos ilegais, entre eles de muitos dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, as arbitrariedades, ilegalidades, esbulhos, extorções, roubos, brutalidades e violências contra a Reforma Agrária assumem inquestionável significado.

Uma viragem democrática da política nacional pressupõe, obrigatoriamente, a rectificação dos actos e decisões arbitrários, injustos, ilegais e inconstitucionais.

A estabilidade governativa que a consolidação do regime e das instituições postula como necessidade fundamental é urgente, é inseparável, no entendimento do PCP, da viragem democrática que preconizamos para a política nacional.

A circunstância de a Assembleia da República ser chamada a apreciar pela quinta vez em três anos um Programa de Governo e de fazê-lo agora para preparar as condições da sua própria dissolução, já decidida pelo Presidente da República, coloca vivamente a questão da estabilidade governativa à profunda reflexão de quantos detêm ou detiveram responsabilidades nos órgãos de soberania, às forças democráticas, ao povo português.

O aprofundamento da crise governamental desde há três

anos a esta parte fica a demonstrar que não há Governo que perdure...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Com o PCP!

O Orador: — ...se prossegue uma política de afrontamento dos interesses das conquistas, da vontade das massas trabalhadoras e das realidades objectivas que se edificaram na nossa sociedade com as profundas transformações democráticas realizadas após o 25 de Abril, como as nacionalizações, a Reforma Agrária e o *contrôle* de gestão.

Aplausos do PCP.

Do gráfico da instabilidade governativa que a história dos últimos três anos regista resulta claramente que a inflexão à direita na área da governação do País vai de par com o aprofundamento da crise política e a precariedade dos próprios governos.

A estabilização das instituições, a estabilização das soluções governativas, exige o pleno reconhecimento do país real saído do 25 de Abril, confirmado pela vontade expressa da maioria dos portugueses em todas as eleições e consagrado na Constituição da República.

O Governo cujo Programa nos cumpre apreciar e julgar surge como parte de uma das saídas constitucionais para a crise — a realização de eleições intercalares — que o PCP há muito admitia, caso não se concretizasse a formação de um governo democrático.

Mais do que viabilizar o V Governo, a questão que se nos colocou a partir da indigitação da Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de Primeiro-Ministro foi a de viabilizar a solução constitucional a que a sua missão vinha associada quando estavam em curso operações destinadas a impor saídas inconstitucionais e golpistas.

A par das reservas que anunciamos e mantemos à composição global do elenco governativo, pusemos em evidência a vasta área de discordância que nos separa deste Governo...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Ah, sim? ! Não tinha dado por isso!

O Orador: — ... em domínios tão relevantes como os da política económica e financeira e tornámos vivas as nossas interrogações e inquietações relativamente às orientações preconizadas noutros domínios, especialmente no que toca à Reforma Agrária.

Por outro lado, o perfil da Sr.ª Primeiro-Ministra, confirmado nestes primeiros dias de actuação e no decorrer do próprio debate, bem como a parte do Programa e os esclarecimentos suplementares do Governo nas matérias directa e indirectamente mais relacionadas com o processo eleitoral, anunciam um propósito de isenção e apaziguamento que sempre apontámos como características mínimas exigíveis ao governo que tenha como missão principal a preparação e a execução das eleições.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Ah sim? !

O Orador: — Dúvida que tenhamos sempre afirmado isto, Sr. Deputado? Pois olhe que esta posição está expressa em múltiplos dos nossos documentos.

Procederemos em relação à moção apresentada pelos dois partidos da direita coligados como se ela não existisse, única atitude que merece um texto em si mesmo provocatório, injurioso e condenado à partida à derrota constitucional.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Injurioso para quem? Para o PCP?

O Orador: — Desta forma viabilizamos uma solução constitucional que defendemos. Sabemos que do mesmo passo

viabilizamos um Governo que nos merece expressas e sérias e profundas reservas.

Quanto às últimas, ousamos esperar que a prática governativa as atenuem.

O Sr. Narana Coissoró (CDS) — Querem mais!

O Orador: — Quanto ao recurso constitucional às eleições intercalares, estamos absolutamente seguros de que ele se traduzirá por uma nova derrota dos partidos reaccionários, pela vitória dos partidos e forças que querem manter e continuar o 25 de Abril abrindo condições a uma viragem democrática da política nacional para bem dos Portugueses, para bem de Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do CDS.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o CDS não aceita onovo Governo escolhido pelo Presidente da República, nem o seu Programa. Por isso apresentou oportunamente — no quadro da Aliança Democrática e, portanto, em conjunto com o PSD — a devida moção de rejeição.

Os motivos desta nossa atitude situam-se em três planos distintos: primeiro, o da génese e composição do Governo; segundo, o da sua estrutura e Programa; terceiro, o da natureza deste Governo.

Abordá-los-ei separadamente e pela mesma ordem.

Em primeiro lugar a génese e composição do Governo. O Governo Constitucional surgiu no quadro de um processo lento e artificialmente arrastado de crise política, em que o PSD e o CDS reclamaram a dissolução da Assembleia da República e o PS e a ASDI procuraram formar um novo Governo que a evitasse.

O Presidente da República, num arremedo de justiça salomónica, decidiu tentar conciliar o inconciliável e distribuir a cada uma das partes o que ela lhe pedia: à Aliança Democrática deu a dissolução, à maioria de esquerda ofereceu um novo Governo.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A manobra, contudo, não resultou. Pela parte que nos toca, repudiamos globalmente o processo seguido e a opção feita.

Em todos os países democráticos a dissolução é um poder que o Chefe do Estado detém e exerce sobre o Parlamento, e não um poder a compartilhar por ambos.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não faz sentido, minimamente, que o Presidente da República coloque nas mãos de uma Assembleia por ele notificada da dissolução a possibilidade de evitar, ou pelo menos de diferir, a concretização efectiva dessa mesma dissolução.

Aplausos do CDS

Nem faz sentido, tão-pouco, pedir a uma Assembleia que aprove um Programa de Governo cuja execução ela não poderá controlar. E não faz sentido, sobretudo, entregar a investidura de um novo Governo Constitucional a um parlamento que vai ser dissolvido sob a acusação presidencial de não ser capaz de gerar novos governos.

Aplausos do CDS

Mas se, no plano constitucional e numa óptica de Estado, a decisão tomada pelo Presidente da República não tem qualquer sentido, diferente é a realidade noutras planos.

Compreende-se bem, por exemplo, que a nomeação de um Governo de favor para a maioria de esquerda tenha sido a moeda utilizada no Conselho da Revolução para obter deste o parecer favorável à dissolução; e também se comprehende de que, forçado pelo Conselho da Revolução a escolher um Governo favorável à maioria de esquerda, o Presidente da República tenha julgado conveniente compartilhar a responsabilidade da respectiva investidura com a representação parlamentar dessa mesma maioria de esquerda. Salomão cedeu aqui o lugar a Pilatos.

Vozes do CDs e PSD: — Muito bem!

O Orador: — Todavia, lavar as mãos não exonera a responsabilidade de quem decide. A dissolução não serve para nós como rebuçado para aceitarmos um governo inaceitável.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Este Governo, pela sua génese e pela sua composição, é um Governo de compromisso com a maioria de esquerda. E se dúvidas houvesse, bastaria para as dissipar ter assistido aqui no hemicílio aos elogios mais invulgares do Partido Socialista, às manifestações de júbilo e de esperança do Partido Comunista e, ainda, para que não restasse qualquer sombra de hesitação no nosso espírito, às provas de solidariedade incontida do Sr. Engenheiro Lopes Cardoso.

E a primeira vez desde que esta Assembleia foi eleita, em 1976, que um Governo suscita um entusiasmo convergente do PS, do PCP e da UEDS.

O Amândio de Azevedo (PSD): — E da UDP!

O Orador: — Se as estes somarmos ainda a ASDI, podemos concluir que está de novo no Poder uma fórmula semelhante à que presidiu aos Governos Provisórios. O Partido Comunista tem razões para estar satisfeito, e o general Costa Gomes deve sentir hoje bastante menos amargura por não ter continuado em Belém.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD.

Quanto ao general Ramalho Eanes, o seu eleitorado tem que lhe agradecer pelo menos uma coisa neste momento; que ele se tenha definido tão claramente um ano antes das próximas eleições presidenciais.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A composição do presente Governo não nos permite considerá-lo como imparcial.

Desde logo, porque não o é, em nosso entender, a figura do Primeiro-Ministro. A sua obra nos governos provisórios foi de sentido claramente socialista; a sua actuação na UNESCO não foi de alinhamento regular com o mundo ocidental...

Risos do PS, do PCP e da Sr.ª Primeiro-Ministro

... e em várias das suas declarações públicas reconheceu haver várias zonas de coincidência entre as suas ideias e as do tenente-coronel Melo Antunes.

Risos do PS, do PCP e da Sr.ª Primeiro-Ministro.

Nós respeitamos democraticamente as opções políticas da Sr.s.a
da Sr.ª Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, mas exigimos que se nos respeite a nós o direito que temos de não concordar com elas.

Aplausos do CDS.

E não podemos deixar de estranhar que aqueles que tanto se têm esforçado para nos atirar para um lado, queiram agora, à força, obrigar-nos a aceitar um Governo que eles próprios, pelo seu apoio exuberante, mostram estar virado para o outro lado.

Aplausos do CDS.

Em nossa opinião, o Primeiro-Ministro não é uma personalidade equidistante de todos os partidos democráticos: não podemos, por isso, considerá-lo politicamente imparcial.

E o mesmo dizemos do seu Governo, na composição que lhe foi dada. Se outras provas não houvesse, bastaria para o efeito a presença neste Governo de individualidades que, além de dissidentes de fresca data do PSD, são membros ou simpatizantes de uma organização para-partidária com assento neste hemicílio.

Tais personalidades, que abandonaram o PSD em conflito com este e que tudo fizeram para conseguir ultimamente um governo com o PS, não podem, obviamente, ser consideradas neste momento como equidistantes entre o PS e o PSD, nem têm, obviamente, igual capacidade de diálogo com o Dr. Mário Soares e com o Dr. Sá Carneiro.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD.

Um mínimo de honestidade política impediria quem quer que fosse de falar, neste contexto, em isenção ou imparcialidade do Governo.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, não é segredo para ninguém que a ASDI se propõe ou admite vir a transformar-se em partido e concorrer às eleições. Incluir num Governo supostamente apartidário elementos de uma organização que anda a recolher assinaturas para ser partido e sustentar a imparcialidade desse governo face aos partidos existentes, quando ele próprio serve de trampolim eleitoral a um novo partido concorrente dos demais, é uma mistificação pura e simples que não abona nada em favor da moralidade política dos actuais detentores do Poder em Portugal.

Aplausos do DS e do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passo agora ao segundo aspecto que me cumpre abordar aqui, o da estrutura e Programa do novo Governo.

Quanto à estrutura do Governo, deixá-la em claro se não se desse o caso de ela ter sido apresentada publicamente, com conferência de imprensa e tudo, como se de uma excelente inovação se tratasse. Ora, como as novidades nesta matéria são claramente negativas, vale a pena dedicar-lhe um ou dois minutos de atenção.

Em primeiro lugar, deve notar-se que o Primeiro-Ministro anunciou uma estrutura governamental mais leve do que as anteriores, mas acabou por nos dar uma mais pesada: o número de Ministros, apesar de suprimido o responsável pelas relações com o Parlamento, aumentou quer em relação ao Governo Mota Pinto, quer em relação ao II Governo Constitucional.

Em segundo lugar, criaram-se as chamadas áreas de coordenação, em que os poderes de coordenação sobre determinados Ministros pertencem, como competência própria, a outros Ministros. Estabeleceu-se assim entre os Ministros uma hierarquia que é contrária à própria noção de colegialidade e que viola um princípio geral do direito público europeu, que é o “princípio da igualdade dos Ministros”

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não conheço uma única democracia ociden-

tal em que vigore semelhante esquema, mas talvez seja, quem sabe, um contributo importado do Terceiro Mundo...

Risos do CDS e do PSD.

Em terceiro lugar, a própria organização e delimitação das áreas de coordenação é criticável em vários aspectos. Assim, por exemplo, é evidente ser impossível fazer coordenação económica excluindo dela as Finanças; é inaceitável sugerir a inclusão na mesma área da Justiça e da Administração Interna...

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – ... e é mais que duvidosa a subordinação da comunicação social à cultura, esquema que foi tentado em Portugal uma única vez, durante o gonçalvismo, sob o comando de Correia Jesuíno.

Aplausos do CDS e do PSD.

Quanto a esse esquema, apenas apetece perguntar: para quê repetir o erro e o mau aguado?

Aplausos do CDS

O Primeiro-Ministro afirmou que desejava acabar com o sistema de os Ministérios funcionarem como compartimentos estanques. E decerto um propósito louvável. Mas não é com este tipo de soluções que vai conseguir isso. Quer uma prova? Apesar de no Programa do Governo os objectivos e as medidas virem agrupados por áreas, a verdade é que dentro de cada área eles vêm todos separados por Ministérios: não há em todo o Programa um único exemplo inovador de acção conjunta ou de projecto integrado a nível interministerial.

Vozes do CDS e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Mas deixemos a infeliz e inconsequente estrutura dada ao Governo e concentremo-nos agora no seu Programa.

Começarei por algumas observações na especialidade.

O Programa deste Governo contém numerosas e importantes lacunas: nem uma palavra sobre Macau; quase nula relevância dada aos Açores e à Madeira; nenhuma referência aos desalojados; omissão pura e simples de alusões à política familiar; insuficientes garantias dadas ao sector privado. Algumas destas lacunas ainda se poderiam compreender se o Programa se contivesse, como devia, nos limites de um governo de gestão; tendo, porém, em vista a desmedida ambição que o caracteriza, nenhuma destas lacunas lhe é desculpável.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Por outro lado, o Programa fala, em quase todas as páginas, de descentralização, palavra que hoje anda na boca de muitos, mas no coração de muito poucos.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Conforme se pode ler na página 7 do Programa, a descentralização consiste, para este Governo, no "estabelecimento progressivo de uma rede operacional que ligue o Poder Central às várias sedes do Poder Local [...] e que actue, por um lado, como transmissor, sem estrangulamentos, das decisões tomadas a nível central e, por outro lado, faça chegar à Administração Central as legítimas aspirações da população". Estranha e bizarra concepção de descentralização!

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Não se trata, para o Governo, de repartir o

poder de decisão, nem de transferir atribuições e competências, nem de reforçar a autonomia administrativa e financeira dos órgãos locais, mas apenas de, na mais pura tradição centralizadora, transmitir sem demora as decisões centrais para a periferia e fazer chegar ao Poder Central as aspirações da população.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Um manual de centralização napoleónica ou de hierarquia militar não diria melhor!

Aplausos do CDS e do PSD.

Ainda não será com este Governo que as autarquias locais conhecerão em Portugal um autêntico e genuíno impulso descentralizador. O que, aliás, não admira: todos os progressismos iluminados são descentralizadores, quando não mesmo autoritários.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – No sector da Comunicação Social, o Programa é mesmo parco em precisões e esclarecimentos. Mas as declarações aqui proferidas pelo Primeiro-Ministro, bem como a posição – para nós inaceitável – que assumiu na UNESCO contra o bloco ocidental nesta matéria, deixaram-nos mergulhados nas maiores dúvidas. Seria de esperar que o Primeiro-Ministro, ou o Ministro da Comunicação Social, tivessem prestado a esta Câmara esclarecimentos detalhados e suficientes sobre o que é para eles, e como se consegue, o rigor deontológico que se propõem impor a curto prazo aos jornalistas portugueses.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Mas, nesta como noutras áreas, só aqui ouvimos declarações vagas e palavras abstractas que servem para deitar poeira nos olhos, mas não para dar garantias a quem quer que seja.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Em matéria de Reforma Agrária, o Programa do Governo é particularmente omisso. Fala apenas de "aplicar a legislação da Reforma Agrária", o que é manifestamente pouco, perante um problema tão sério, tão difícil e por vezes tão dramático como este.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): – Muito bem!

O Orador: – É claro para nós que o Governo não pode deixar de ter uma política bem definida face ao Alentejo e à Reforma Agrária; o Governo sabe muito bem o que vai fazer; mas preferiu não no-lo dizer. O Governo lançou-se em extensas dissertações sobre questões nas quais em três meses nem sequer ao de leve tocará; nesta, porém, que implica decisões imediatas, o Governo nada esclarece.

O Sr. Rui Pena (CDS): – Muito bem!

O Orador: – A nossa interpretação é a de que o Governo discorda neste ponto da orientação seguida pelos governos anteriores.

O Sr. Vital Moreira (PCP): – Que admiração!

O Orador: – O apoio dado já em 1979 pelo Presidente da República ao Ministro Vaz Portugal e à sua política parece ter sido esquecido. Agora tudo vai ser diferente. O Governo quer é o apaziguamento, isto é, quer contemporizar com o domínio territorial do PC no Alentejo. Daí a esperança já testemunhada aqui ao Governo pelo Partido Comunista;

daí o agravamento já ocorrido, entretanto na situação política e social do Alentejo; daí também — por isso mesmo — a nossa firme oposição.

Aplausos do CDS.

No capítulo da política externa, o Programa do Governo suscita as maiores perplexidades.

Desde logo esta: Como é possível que um Programa tão diferente e tão distinto do do Governo anterior seja subscrito e vá ser executado pelo mesmo Ministro dos Negócios Estrangeiros?

Aplausos do CDS

E mais esta questão: Por que é que o Governo só justifica a fidelidade às nossas alianças tradicionais em termos históricos e étnicos? Por que exclui outros fundamentos, bem mais importantes que os étnicos e pelo menos tão importantes como os históricos, a saber, a visão comum do interesse do Ocidente; a adesão a uma determinada estratégia política e militar, a consciência da necessidade de defesa perante inimigos comuns; a pertença deliberada a um mesmo tipo de cultura e de civilização?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Outras perplexidades ainda: o que significa, no Programa do Governo, incluir entre as medidas a adoptar nos próximos cem dias a consolidação das relações com os Estados Unidos da América?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Desconhece a Constituição.

O Orador: — Estarão estas por consolidar? E vão ser consolidadas nestes três meses? Qual o significado da colocação no mesmo plano, e em pé de igualdade, das nossas relações com os Estados Unidos, e com os países árabes e com os países do Leste europeu? E por que excluir desta lista os países do Ocidente europeu?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Programa deste Governo em prática de política externa é ambíguo e equívoco, é inaceitável em vários aspectos e comporta uma visão do mundo e da defesa externa dos interesses nacionais que não é a nossa, porque coincide com a da maioria de esquerda, com a do Presidente da República.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E com a da Constituição.

O Orador: — ... e sobretudo com a do tenente-coronel Melo Antunes, chefe oculto e ilegítimo da diplomacia portuguesa de há alguns meses a esta parte, situação abusiva que denunciamos e combateremos por todos os meios democráticos.

Aplausos do CDS e do PSD

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além das lacunas e das orientações inaceitáveis que o Programa deste Governo contém, em nosso entender o mesmo Programa comporta ainda um vício intíssimo e de raiz que o inquieta globalmente. O ponto tem a ver com a natureza do Governo, última questão que me proponho abordar.

O Programa apresentado por este Governo excede, em nosso entender, manifestamente os limites do razoável num Governo que o próprio Presidente da República anunciará destinado apenas a preparar eleições e a gerir os assuntos correntes do Estado. Mas já nos vamos habituando à duplidade dos que nos governam.

Temos perante nós um Governo que não se conforma

com a limitação do seu mandato e que teimosamente se quer convencer de que pode mais do que deve

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O Programa apresentado ultrapassa todos os marcos do bom senso e despreza com soberba esse facto, aparentemente irrelevante, de o Governo só dispor por três meses para governar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, por exemplo — e passo a citar —, este Governo quer, em três meses, ser fermento revitalizador da vida colectiva portuguesa...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ...abrir novos caminhos para a sociedade do futuro...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ...esclarecer o País de que a civilização actual está a ver totalmente modificados os seus pontos de referência e as suas certezas...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ...promover a reflexão colectiva que nos permita descobrir caminhos novos; clarificar e normalizar a vida política portuguesa; sedimentar a identidade nacional; proporcionar a expressão de identidade cultural; mobilizar recursos humanos para maior capacidade de decisão e empenhamento, valorizar todas as formas de vivência colectiva...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ...e, ainda, exortar os Portugueses a situarem-se criadoramente perante a História...

Aplausos do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes e risos do CDS e do PSD.

Em face deste rol assombroso de fantasia delirante e de megalomania governativa...

Aplausos do CDS e do PSD.

Repto: em face deste rol assombroso de fantasia delirante e de megalomania governativa...

Uma voz do PCP: — Querias mais palmas? !

O Orador: — ...apetece perguntar se este Governo está ciente de que a sua missão é preparar eleições livres numa democracia europeia..

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ...ou se, pelo contrário, o Governo se sente de certo modo inspirado na figura de algum *avatolah* que regressa de França para incendiar o seu país!

Aplausos do CDS e do PSD.

Se agora passarmos da introdução ao Programa para os capítulos sectoriais do mesmo, verificaremos que o mesmo zelo inflamado animou quase todos os Srs. Ministros.

Assim, por exemplo, em três meses, o Governo pretende, na economia, "lançar as bases das políticas sectoriais do próximo plano"; nas finanças, vai iniciar uma "reforma fiscal" de fundo;

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

Risos do CDS e do PSD.

O Orador: – ...nos assuntos sociais, procurar a "transformação qualitativa em todos os sectores que integram essa área";...

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

Risos do CDS e do PSD.

O Orador: – ...na cultura, "ultrapassar a passividade e o consumismo alimentados pelas grandes indústrias culturais";...

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

O Orador: – ...frase que decreto foi tirada do *Le Monde* porque em Portugal não se aplica...:

(Risos do CDS e PSD).

...na educação, fazer a "progressiva integração do sistema de ensino numa perspectiva de educação permanente";...

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

O Orador: – ...no desporto, promover a "democratização do desporto escolar" – coisa que não sabemos o que é;...

Risos do PS e do PCP.

...na defesa, conseguir que as forças armadas "prestem a sua colaboração activa à construção do País";...

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

O Orador: – ...na energia, "estabelecer um modelo energético nacional";...

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

O Orador: – ...na segurança social, apresentar "projectos de lei" (*sic*) que visem a total substituição do regime actual por outro; na protecção do ambiente, vai "delinear a política nacional em matéria de ambiente e a da planificação territorial e urbanística";...

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: – Muito bem!

Risos do CDS e do PSD.

O Orador: – ...e, enfim, nos transportes, o Governo vai mesmo mais longe e fará "um programa de investimentos a longo prazo".

Risos do CDS e do PSD.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): – Em cem dias!

O Orador: – Tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e o muito mais que omito, é, a nosso ver, perfeitamente descabido num Programa para três meses, cujo objectivo principal devia ser modestamente fazer eleições e assegurar a gestão corrente dos assuntos do Estado.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Não admira, porém, que os membros deste Governo tenham dado semelhante orientação ao seu Programa: muitos deles foram membros de governos provisórios e foi certamente jeito que lhes ficou de então, porque também nessa altura estavam impedidos pelo Programa do MFA de efectuar grandes reformas de fundo – e não fizera outra coisa!

Aplausos do CCDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): – Essa é que é a pedra no sapato!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados, O V Governo Constitucional pretende introduzir alterações na sociedade portuguesa ilegitimamente e à revelia da Assembleia da República.

O Sr. Vital Moreira (PCP): – Essa é boa!

O Orador: – Um pouco de bom senso mostraria que – com eleições à vista e com o Parlamento fechado – o Governo deveria reduzir, moderar e limitar a sua actuação. Porém, o que o Governo se propõe fazer é precisamente o contrário: mexer e remexer em tudo, de uma ponta à outra, e refazer de cima a baixo todas as estruturas e instituições a que consegue deitar a mão.

Importa notar, porém, que se o Governo persistir em adoptar as decisões de fundo para que acena no seu Programa e em servir-se da comunicação social estatizada para explicar e lançar todas as promoções, todas as vivificações e todas as fermentações em que se mostra empenhado, o Governo estará do mesmo passo a interferir abusivamente no processo eleitoral, de que não é nem pode ser parte....

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – ...e suscitará correspondentemente uma reacção muito firme do nosso lado.

Aplausos do CDS.

Além disso, é necessário que o Governo tenha consciência de que de vários lados se procurará extraír argumentos – contrários à democracia e favoráveis a uma nova ditadura –...

O Sr. Aboim Inglês (PCP): – Já estamos a ver.

O Orador: – ...da eficiência, do desembargo ou da desenvoltura com que este Governo governar com o Parlamento fechado e sem a fiscalização dos partidos.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): – Esse era o plano para o Mota Pinto.

O Orador: – Num país e num momento em que a democracia corre algum risco e em que se ouve, mais do que seria desejável, o tilintar das espadas...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): – Lá sabe!

O Orador: – ...é imperativo que o Primeiro-Ministro e o seu Governo não contribuam de modo nenhum para induzir os Portugueses a acreditarem na possibilidade de uma democracia sem Parlamento ou sem partidos.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – O Primeiro-Ministro de um Governo que vai governar com o Parlamento fechado não deveria permitir-se

fazer declarações críticas como fez em relação à democracia parlamentar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mesmo o presidencialismo, se quiser ser democrático, terá de contar com um autêntico Parlamento a enquadrá-lo e a controlá-lo. O que se esperaria de um Primeiro-Ministro democrático num contexto como o actual seria que explicasse bem ao País que o mérito em democracia não está em governar bem à margem do Parlamento, mas sim em conseguir governar com eficiência em colaboração com o Parlamento.

Aplausos do CDS e do PSD.

Seria também de esperar que o Primeiro-Ministro explicasse ao País que a falta de controlo parlamentar sobre o seu Governo não pode servir de pretexto para intensificar e alargar a acção governativa, antes deve ser fundamento da sua contenção deliberada em limites bem apertados.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Está em curso uma campanha contra a democracia, contra o Parlamento e contra os partidos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ai isso está!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É a campanha da Ordem dos Médicos. Só falta a moca!

O Orador: — A actuação recente do Presidente da República, as declarações dele e do Primeiro-Ministro e o Programa desmedido aqui apresentado pelo Governo contribuem ainda mais para abalar o prestígio das instituições democráticas. Daí também a nossa oposição.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não sei, nem quero discutir aqui, quais sejam as intenções últimas do Presidente da República, do Primeiro-Ministro e do Governo, mas quero sublinhar quais são, em meu entender, as principais consequências do tipo de governo proposto e do Programa apresentado.

Em primeiro lugar, a execução do Programa que nos foi submetido só será possível constitucionalmente mediante uma soma imensa de autorizações legislativas. Ora, o facto de o artigo 168.º, n.º 3, da Constituição determinar que as autorizações legislativas caducam automaticamente com a dissolução da Assembleia da República demonstra à evidência que um governo para fazer eleições é, à face da Constituição, um mero governo de gestão, lógica e juridicamente impedido de proceder a reformas de fundo.

Aplausos do CDS.

Pela nossa parte, e por isso mesmo, desde já declaro que votaremos contra os pedidos de autorização legislativa que porventura nos sejam apresentados por este Governo.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, quero também esclarecer que, pela mesma ordem de ideias, todas as medidas de fundo que eventualmente venham a ser tomadas por este Governo fora do âmbito normal da competência de um Governo de gestão pré-eleitoral serão por nós consideradas ilegítimas e sem fundamento jurídico-político, pelo que após as eleições proporemos aqui e nas demais instâncias competentes, segundo os processos adequados, a respectiva anulação.

Aplausos do CDS.

Em terceiro lugar — e atendendo a que nem o Programa nem o Primeiro-Ministro nos deram garantias de que o Governo pediria a sua demissão logo após a realização de eleições —, quero também aproveitar para declarar desde já que, se o Governo o não fizer, como é sua obrigação, até à primeira reunião da nova Assembleia eleita, tomaremos imediatamente a iniciativa de apresentar aqui a competente moção de censura.

Aplausos do CDS.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, pelas razões acabadas de expor, bem como pelas demais que os meus colegas do CDS aqui expuseram durante o debate, nós não podemos aceitar este Governo, nem aprovar ou deixar passar o seu Programa. Por isso vamos votar a sua rejeição.

A Sr.ª Primeiro-Ministro solicitou-nos a seu favor o benefício da dúvida. Não podemos, porém, conceder-lho.

O Presidente da República, com as opções que fez e com as posições que tomou; o Primeiro-Ministro, com a composição que deu ao Executivo e com o Programa que para ele elaborou, e a maioria de esquerda, com o apoio, a solidariedade e a esperança de que rodeou aqui o Governo, não consentem que atribuamos o benefício da dúvida ao que para nós já é, sem equívoco, a certeza de um malefício.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o representante do Partido Social-Democrata.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Agora o que vai falar é o chefe ou o subchefe do bloco?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — O vosso chefe é o Brejnev!...

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há mais de dois anos que o Partido Social-Democrata defende a realização de eleições intercalares como única saída para a resolução da crise que se arrasta há longos meses.

Há quase um ano, o Presidente da República, na sua comunicação ao País de 22 de Setembro, prometera a realização de eleições intercalares, que então chamou de antecipadas, e a constituição de um governo para as preparar, se, entretanto, não fosse conseguido um acordo interpartidário com duração até 1980.

Esta promessa do Presidente da República, general Ramalho Eanes, não foi cumprida e ainda não o está a ser.

A crise arrasta-se, e hoje temos um V Governo, mas não temos ainda a dissolução do Parlamento, ainda não temos as eleições marcadas.

Porquê? Porque a crise tem sido prolongada artificialmente sem a marcação de eleições, porque a crise tem sido administrada a favor daquilo que se pode chamar a bipolarização, defendida pelo general Ramalho Eanes, a favor do alargamento dos poderes do próprio general Ramalho Eanes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a questão mais grave que nos coloca este Governo e os factos — sejam quais forem as intenções dos seus autores — em que este Governo se integra. Mais importante do que a questão do Governo é, neste momento, a questão do regime. Por isso, o apoio ou a rejeição a este Governo tem um sentido em relação ao regime.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Está a passar-se agora um pouco daquilo — e esperemos que seja só um pouco — que se passou em 1975.

Então, uma facção político-militar, com o apoio e a ligação ao Partido Comunista, tentou fazer prevalecer no nosso país um projecto político não democrático e totalitário que correspondia à negação das propostas do Programa do MFA, às propostas do 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PCP: — É falso!

O Orador: — Essa tentativa teve a resistência de todo um povo, da Igreja designadamente, resistência em que se destacou, para além do nosso partido, o Partido Socialista.

Risos do PS.

Espero que não se riem da referência ao Partido Socialista...

Havia então condições para se tomar consciência do risco que vivímos em 1975, e que era a implantação do projecto totalitário do Partido Comunista.

Pois hoje pode acontecer o mesmo. A administração da crise, a desvalorização do Parlamento, a desvalorização dos partidos que têm sido feitas sistematicamente pela actuação do general Ramalho Eanes apontam claramente para uma conquista do Poder por um certo sector político-militar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Histórias da carochinha!

O Orador: — Vai findar em breve o período de transição que substituiu as promessas de democratização plena e imediata feitas em 25 de Abril aos Portugueses. E há quem esteja interessado na manutenção do poder político-militar, característico deste período de transição e que nos afasta da democracia.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Lá sabe, lá sabe.

O Orador: — do que se trata, com este método e com este Governo, não é de preparar eleições. Não é este Governo a resposta, a concretização da promessa feita pelo general Ramalho Eanes em 22 de Setembro de um governo para preparar eleições. Este Governo é, sim, e está a demonstrar sê-lo, a resposta a uma outra afirmação do general Ramalho Eanes aqui proferida em 15 de Outubro, no seu discurso da "democracia socialista", discurso em que acabou por vincar a necessidade de "transição para a democracia socialista." Será porventura essa, assim estou convencido e os factos assim o demonstram, a transição a que se referiu a Sr.^a Primeiro-Ministro.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Está a sonhar com ladrões.

O Orador: — Simplesmente, neste contexto, todos estes factos são muito mais graves, porque o povo português, desiludido, desapontado e desmoralizado, tem uma tendência conformista muito diferente da opção de resistência que fez e manifestou em 1975.

E a própria Igreja aparece hoje, mercê da composição deste Governo, com uma postura menos clara e menos frontal, relativamente ao desenvolvimento deste projecto do que estava em 1975.

Protestos do PCP e de alguns Deputados sociais-democratas independentes.

O tempo esclarecerá quem tem razão; e estou convicto de que a actual situação de relativo apoio de algumas vozes da Igreja a este Governo se transformará por certo, em clara oposição quando tiver plena consciência de que o que está em causa hoje, mais uma vez, tal como em 1975, é um regime plenamente democrático ou um regime de poder político-militar com o apoio e a colagem do Partido Comu-

nista. Hoje, como em 1975, o risco principal é o projecto antidemocrático do Partido Comunista, que este Governo serve, e por isso o Partido Comunista apoia este Governo.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Também quer ser chefe de igreja, é o que é! Sempre têm que falsear a verdade.

O Orador: — A consonância que se verificava em 1975 entre o general Costa Gomes, o coronel Vasco Gonçalves e o Partido Comunista verifica-se hoje entre o general Eanes, a Sr.^a D. Maria de Lurdes Pintasilgo e o mesmo Partido Comunista.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Farsante!

O Sr. Octávio Pato (PCP): — Vai pagar à Banca o que deves...

O Orador: — E isto diz tudo do projecto que está em causa e do risco que enfrentamos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É exacto!

O Orador: — Este Governo, ao contrário do que prometeu o General Eanes na sua comunicação ao País de 13 de Junho, não é isento nem neutral, não é um Governo que evite afrontamentos. Pelo contrário está a desencadeá-los e a aumentá-los numa proporção talvez irreparável.

De facto, mais do que um Governo para preparar eleições, este é um Governo apostado em desvalorizar as eleições. Eleições que se poderiam ter realizado já há mais de meio ano...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Com o Mota Pinto.

O Orador: — ... se houvesse sido designado, como em 22 de Setembro o Presidente da República prometeu, um Governo para preparar eleições.

Mas este não é ainda esse Governo, não é mesmo esse Governo — é um Governo com um programa de fundo, um programa empenhado em alterações estruturais, um programa que quase não refere a preparação de eleições. É um Governo em que a Sr.^a Primeiro-Ministro, logo de início, disse que ao cabo dos cem dias aqui estaria para dar conta do trabalho realizado.

Aqui estar de novo na Assembleia! — quando a primeira obrigação deste Governo devia ser comprometer-se a apresentar imediatamente a sua demissão depois da realização das eleições.

Aplausos do PSD e do CDS

Isto revela bem o intuito deste Governo. E como se isto não chegasse, este Governo parece já apostado em apresentar, segundo consta, embora os partidos não tenham sido informados — que eu saiba — pedidos de autorização legislativa.

Ora, os pedidos de autorização legislativa, porque as autorizações, a serem concedidas, caducam com a dissolução da Assembleia, vão demorar esta dissolução e a consequente marcação das eleições. Isto a um ponto que se chega a perguntar se, com tudo isto, haverá efectivamente eleições intercalares em Portugal.

Há-de havé-las, mas parece que o Governo e o Presidente da República estão apostados em que elas se realizem nas piores condições possíveis.

O arrastamento da dissolução da Assembleia da República mediante a apresentação de pedidos de autorização legislativa pode fazer com que as eleições recaiam em Dezembro ou em Janeiro, o que, no nosso país, significa nas pio-

res condições para as terras do Norte e do Interior, sem caminhos, sem possibilidades de acesso às zonas de voto e flageladas pela neva e pelos frios.

Risos do PSD e do PCP.

Só disto se ri quem não tem consciência do país em que vive e do sofrimento das populações

Aplausos do PSD e do CDS.

Só com isto ficará satisfeita quem espera das circunstâncias adversas da realização das eleições no Inverno um elevíssimo grau de abstenção, a pensar, talvez, em que nas últimas eleições de antes da ditadura de 1926 em Lisboa ela foi mais de 80% e, meses depois, havia uma ditadura no nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se é isto o que se pretende e se quer, então que diga claramente, e se tenha a coragem de o dizer. Se é isso que se quer evitar, tivessem-se marcado eleições para Outubro, que era um mês adequado para as fazer, para evitar esses riscos, e não se tivesse diferido inaceitavelmente o tempo da dissolução da Assembleia da República.

Protestos do PS e do PCP.

Este Governo é um Governo apostado também em desvalorizar as eleições pela parcialidade da sua composição, pela inadequação do seu programa à realização das eleições, como já aqui foi dito o suficiente e está referido na nossa moção.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Vai pagar a dívida!

O Orador: — Em primeiro lugar, de facto, a Srª Primeira-Ministra foi rejeitada pelo CDS e pelo PSD, como o tinha sido anteriormente. Por isso, não se comprehende que o Presidente da República diga, por um lado, que quer um Governo isento e que dê garantias de neutralidade e de não afrontamento e venha a indigitar um Primeiro-Ministro que tem contra si partidos que representam 40% do eleitorado português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, também é sabido que mais de uma vez o Partido Comunista se empenhou na designação da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo como Primeiro-Ministro desde a queda do I Governo Provisório, tendo nisso falado várias vezes aos demais partidos como um Primeiro-Ministro que representaria um governo de acalmia e de paz social.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É falso!

O Orador: — Era, pois, a Primeira-Ministra uma candidata defendida pelo Partido Comunista e benquista do Partido Socialista.

E foi esta parcialidade que se colocou à frente de um governo que as palavras do Presidente da República diziam querer-se imparcial, neutral e querer evitar o afrontamento! O que se está a passar no nosso país é a progressiva erosão, pela actuação do Presidente da República, do Parlamento e dos partidos, para que ele e o poder político-militar, que simboliza, apareçam como único polo possível para a sobrevivência de um novo regime não democrático, visto que implicará, possivelmente, uma tentativa de um terceiro pacto partidos-MFA.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que o primeiro pacto partidos-MFA foi o pacto da assembleia do MFA e, o segundo, o pacto do Conselho da Revolução. Os factos apontam para se estar a tentar impor aos partidos um terceiro pacto, o pacto do presidencialismo militar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, este Governo é um dos passos, é um dos elementos para esse projecto que os factos claramente revelam.

Não estariamos então em democracia, não estariamos na Europa, estariamos num regime que, como todos os regimes das chamadas — e mal — democracias militares, teriam o apoio do Partido Comunista, que se dá sempre muito bem com os regimes militares, como o provam estes cinco anos passados, mas que se dá muito mal com as democracias europeias.

Aplausos do PSD e do CDS.

Um regime desses cumpriria talvez a profecia ou a pretensão do Partido Comunista de que em Portugal não houvesse uma democracia parlamentar de tipo europeu, mas não serviria com certeza o nosso país nem a integração europeia.

Protestos do PCP.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Com a ditadura fascista não estivemos.

O Sr. Presidente: — Peço aos Srs. Deputados que deixem falar o orador.

O Orador: — De facto, não tenho conhecimento de que nenhum Sr. Deputado do Partido Comunista tenha estado na Assembleia Nacional, nem na Câmara Corporativa. Além disso, também não tenho conhecimento de que pessoas que estiveram com o corporativismo e com o gonzalvismo tenham, como eu, que me não envergonho nada de ter estado na Assembleia Nacional, rompido — e clamorosamente — com o regime de Marcelo Caetano

Aplausos do PSD e do CDS.

E não me envergonho, antes me honro, porque aqui comecei a luta, que continuei depois do 25 de Abril, pela democracia e pelos direitos e liberdades fundamentais, como condição mesma da resolução do próprio problema colonial. E quando verifiquei que essa luta não podia levar a nada pela obstrução do poder, soube cortar com esse mesmo poder e não fiquei à espera que do meu lugar me corressem no 25 de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — A história também é clara a esse respeito!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os riscos que este Governo comporta, a inadequação do seu Programa, a inaceitabilidade de muitas das suas passagens já aqui plenamente demonstradas levam-nos, juntamente com a parcialidade de que a sua composição dá provas clamorosas, a rejeitar este Governo

As responsabilidades que aqui hoje se definirão, quanto à rejeição ou não deste Governo, são, repito, responsabilidades de regime. E não me espantaria nada que, sendo isto tão claramente assim, sendo este um Governo plena e totalmente "eanista" — o primeiro e total Governo do general Eanes —, se quisesse fazer veicular, junto de partido menos consciente desta situação, um possível desentendimento ou desvinculação do Primeiro-Ministro em relação ao general Ramalho Eanes. Não me surpreenderia nada que este fosse

um meio de apaziguar uma oposição que surgiria certamente se houvesse maior consciência do problema do regime. Mas trata-se de afirmações, se surgiram, certamente enganadoras, porque os factos demonstrarão que a identificação deste Governo e do seu Primeiro-Ministro com o general Eanes é plena e total.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quando teremos eleições? Haverá de facto dissolução? O que vai passar-se com os pedidos de autorização legislativa? Em que condições é que vão disputar-se as eleições?

Ouvi aqui algumas palavras com pretensões a lições de moralidade daqueles que, pelos vistos, já se esqueceram ou se querem dessolidarizar de posições que tomaram no seu próprio partido e em relação ao seu próprio partido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas não vi, nem aliás podia ter visto, desmentidas afirmações concretas ontem aqui feitas em relação à participação e sua actuação do Ministro Costa Brás no I Governo socialista de Mário Soares.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Afirmações concretas e não desmentidas, porque são de facto indesmentíveis.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não tenho nada contra uma determinada opção partidária ou governamental que tenham feito membros deste Governo. O que tenho sim, o que temos, e profundamente, é contra a inclusão neste Governo de pessoas que tomaram essas opções, em si legítimas, mas que afectam a imparcialidade deste Governo. O que tenho, como aqui já foi bem explicado, é contra a inclusão neste Governo de membros e dirigentes ou de dirigente de um pré-partido, como é a ASDI, que já se propôs, ou pelo menos admitiu essa hipótese, de concorrer às próximas eleições.

Tudo isto seria profundamente grotesco em qualquer democracia europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas aqui, em Portugal, parece que as coisas se passam como se tudo isto fosse natural. E isto é assim porque esta situação favorece a maioria de esquerda — o Partido Socialista e o Partido Comunista —, e porque favorece o pré-partido em que parece estar interessado o general Ramalho Eanes.

Aplausos do PSD.

Porque, sempre que num ou noutro sector há qualquer suspeita de se estar a favorecer o PSD ou o CDS, é violento o coro de protestos e com tudo se ameaça para acabar com essa pretensa situação. Mas quando a parcialidade se instala no Governo e se revela nas ações do Presidente da República, porque é favorável à pseudo-esquerda, ela é aclamada como se fosse exemplo de isenção, de responsabilização e de democracia.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É um exemplo de hipocrisia!

O Orador: — A isto chagámos e infelizmente, por certo, vamos ver muito maiores desenvolvimentos se este Gover-

no, aqui passar. Já se nota na informação estatizada, designadamente nos noticiários da RDP e da RTP...

Risos do PS e do PCP.

... uma propaganda tão favorável ao Governo...

Protestos do PS e do PCP.

... como acontecia no tempo do Ministro Proença de Carvalho, que aqui tive ocasião de criticar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isto é escandaloso!

O Orador: — E estamos só no começo, quando já vemos a propaganda instalada nos órgãos estatizados da Comunicação Social, com os seus elogios ditirâmbicos à actuação do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há possibilidade de resolução dos gravíssimos problemas portugueses sem ser numa democracia plena, que supõe a rápida realização de eleições.

E nós, que aqui propusemos a moção de rejeição ao Governo, que vamos rejeitar este Governo como sempre rejeitámos, não deixamos de continuar a defender a rápida realização de eleições. Porque, ao contrário do que esses pseudomoralistas, que aqui ouvi, pretendem, se este Governo não passasse, podia na mesma ser dissolvida a Assembleia da República, e este Governo ficaria reduzido aos seus poderes de gestão que não quis aceitar e dos quais manifestamente exorbitou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As eleições rápidas são um imperativo para que se dê voz aos portugueses, para que, com uma campanha isenta, se possa apurar a verdadeira vontade do povo português. Tudo indica que este Governo aqui passará e que não vamos ter uma campanha isenta nem imparcial. Mas, apesar disso, ganharemos as eleições (*risos do PCP*); os partidos da Aliança Democrática saberão vencer as dificuldades, que já lhes estão a ser criadas e que irão continuar a ser criadas; saberão vencer as eleições e conduzir o País para um novo rumo plenamente democrático, derrotando e opondo-se a quaisquer ambições ou pretensões de perpetuação de um poder político-militar, seja através da permanência de um Conselho de Revolução ou de um órgão análogo que o Partido Comunista parece defender, seja através de qualquer presidencialismo militar.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Menos o do Pires Veloso...

O Orador: — Estamos na Europa, queremos ser país da Comunidade Económica Europeia. Não por imperativo geográfico, mas por designio nacional, por nossa vontade construída e expressada, através de um regime económico consentâneo com a liberdade que, neste momento, está de facto posta em causa.

Aplausos do PSD e do CDS.

A liberdade é actualmente a fronteira entre os que defendem um qualquer projecto de manutenção de um poder político-militar e os que querem rápidas e isentas eleições para que se construam novas maiorias, estabilidade governativa e estabilidade política.

A fronteira é a liberdade. E o voto, que hoje vamos aqui dar acerca deste Governo, vai ser também um voto acerca da liberdade, acerca da democracia, acerca do regime e acerca do futuro do País.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Brito: (CDS): — Isso é verdade!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. Mário Soares (PS): — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Num processo político complexo, pleno de contradições, de dificuldades e de lances inesperados, o Partido Socialista honra-se de ter sabido sempre antepor os princípios e os valores ético-políticos que o norteiam aos interesses mutáveis da conjuntura. Durante o debate a que deu origem a apreciação do Programa do V Governo mais uma vez se confirmou essa posição, e será portanto, essencialmente, à luz dos princípios — e em função deles — que o Grupo Parlamentar do PS se irá determinar na votação da moção de rejeição que dentro de momentos terá lugar.

Tendo contribuído — como porventura nenhum outro partido — para a elaboração da Constituição da República, o Partido Socialista permanece fiel ao regime político-social de democracia pluralista avançada que ela definiu e que os Governos de base socialista, e bem assim o trabalho notável desta Assembleia, ajudaram, na prática, a instituir.

Aplausos do PS.

Muitos têm feito da Constituição o alvo preferencial dos seus ataques — como se um texto legal pudesse constituir, por si só, uma causa da crise profunda da transformação da sociedade portuguesa que se vive. Essa crise há-de considerar-se, embora com motivações específicas, como o reflexo da crise que atravessam as sociedades desenvolvidas do mundo de hoje — tanto a oeste como a leste. Depois de terem votado a Constituição — e até de a terem conjunturalmente agitado como uma bandeira própria —, o texto constitucional e o regime económico-social que dele decorre aparecem, para certos partidos, como um estorvo e um mal a superar rapidamente. Numa palavra, trata-se de liquidar o que resta de significativo da Revolução de Abril.

Aplausos do PS.

Pelo contrário, o Partido Socialista, embora aceite as correcções e os aperfeiçoamentos que a prática aconselhe a introduzir na Constituição no momento oportuno e nos termos que ela própria prescreve, permanece fiel ao sistema instituído, nas suas grandes linhas, como o mais adequado para o Portugal renovado nascido da Revolução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Contudo, forçoso é reconhecer que as instituições democráticas portuguesas não estão ainda totalmente consolidadas e que nas diferentes leituras da Constituição — e até em alguns dos ataques directos ou insidiosos que lhe são movidos — se podem encontrar as linhas de força de propósitos profundamente desestabilizadores, que visam a criação de um regime diferente marcado pelo pendor autoritário e apenas de fachada democrática.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Para o PS a Constituição da República consagra um regime semipresidencial ou de parlamentarismo mitigado, em que ao Governo compete em exclusivo a função política geral — isto é, definir as grandes linhas da política interna e externa do Estado e velar pela sua execução —, para o que necessita da dupla investidura do Presidente da República e da Assembleia da República.

No nosso conceito — sempre o dissemos — a democracia implica equilíbrio e separação de poderes, e não concentração de poderes num único órgão de soberania. Sendo o voto popular o critério da legitimidade democrática, Presi-

dente da República e Assembleia situam-se ao mesmo nível de representatividade — fiscalizando por formas diversas o Executivo, que deles depende, mas não interferindo (ou não devendo interferir) nas suas funções específicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não havendo uma relação hierárquica entre os dois Órgãos de Soberania, saídos directamente do voto popular, Presidente da República e Assembleia, qualquer conflito entre eles bloqueia o regular funcionamento das instituições da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Maurice Duverger tem ensinado que nos regimes semipresidencialistas, se o presidente não é claramente o chefe político de uma maioria parlamentar, ou de uma coligação maioritária com expressão parlamentar, tem que ser ultradiscreto nas suas intervenções políticas, confinando-se na sua posição de árbitro e de poder moderador para que o sistema possa efectivamente funcionar.

Aplausos do PS.

Acresce que no caso português, onde a tradição sidonista tem um peso e um claro sentido político de direita, essa preocupação teria que estar bem presente, para mais vivendo-se um período de transição, e sendo o Presidente da República um militar do activo, Presidente do Conselho da Revolução e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É indiscutível que a experiência constitucional do último ano — desde o início da chamada segunda fase do mandato presidencial — se saldou por uma acentuada instabilidade política, com o consequente agravamento e sucessivo adiamento dos problemas económicos e financeiros que se põem ao País, cada dia mais graves. Os governos de iniciativa presidencial resultaram cum clamoroso fracasso — a ponto de a experiência desse tipo de governos dever ter-se por virtualmente esgotada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Aceite a demissão do Governo Mota Pinto, a Assembleia da República — dadas sobretudo as modificações políticas entretanto ocorridas na sua própria composição —, continha virtualidades bastantes para se poder voltar a um governo de base partidária.

Seria a solução mais lógica e a mais consentânea com os princípios democráticos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não o entendeu assim o Sr. Presidente da República, que não demonstrou ter, para usar uma expressão que lhe foi própria, a humildade democrática da autocritica.

Aplausos do PS.

Daí o ter optado pelo anúncio da dissolução a prazo da Assembleia da República, uma vez obtido o necessário consentimento do Conselho da Revolução. E daí também a nomeação do Governo cujo Programa temos estado a debater, com um limite temporal à partida consignado — nomeado tão-só para presidir a eleições intercalares —, mas que continua a ser um Governo de iniciativa presidencial, sem base partidária nem apoio explícito nos partidos com assento nesta Assembleia.

Vozes do PS: — muito bem!

O Orador: — Governo que para o Partido Socialista — independentemente da simpatia ou da credibilidade das personalidades que o compõem, a começar pela pessoa do Primeiro-Ministro — surge marcado, claramente, por, digamos, um pecado de origem. Porque, a nosso ver, a vontade popular será sempre defraudada enquanto os governos não reflectirem a composição partidária da Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Saliente-se, contudo, que as críticas que o Partido Socialista tem feito às escolhas políticas do Presidente da República — e nomeadamente à última, de dissolução da Assembleia da República — se baseia tão-só em motivações de princípio e no respeito pelo que nos parece ser o melhor entendimento da Constituição. Ao anunciar o propósito de dissolver a Assembleia da República conseguida a autorização do Conselho da Revolução, o Presidente da República, a nosso ver, não infringiu a Constituição; fez apenas uma opção política errada e pesada de consequências negativas para o futuro do País, no plano político e no plano económico.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, a abertura de uma campanha eleitoral que se prolongará, quase sem solução de continuidade, por cerca de dezoito meses, num país em crise, não é de ordem a esbater as tensões sociais existentes nem a favorecer o clima de trabalho\secundo propício à resolução dos problemas instantes que se põem ao nosso povo. Pelo contrário, a política corajosa de estabilização financeira iniciada com o II Governo — e que aqui foi expressamente reconhecida por um membro do V Governo — foi posta em causa gravemente pelo Governo Mota Pinto, por forma mesmo porventura dramática, e não se vê que possa ser retomada com coerência e vigor por um Governo com um horizonte temporal de apenas três meses.

Para já não falar — porque não valerá a pena antecipar problemas — na situação em que o País se encontrará no dia seguinte ao das eleições intercalares, situação que verosimilmente, não diferirá muito da actual. Que fazer então? Para nós a resposta é clara: quem ganhar as eleições deve governar, não sendo então mais legítimo ao Presidente da República continuar a sobrepor-se, com considerações subjectivas sem base constitucional, no que haverá de considerar-se como a reiteração da vontade popular.

Aplausos do PS.

Pela voz do presidente do Grupo Parlamentar Socialista foram já afirmadas, de forma eloquente, a consideração e o respeito que nos merecem a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, bem assim, outros membros do seu Governo, como o coronel Costa Brás, a quem o País deve — e isso não pode ser esquecido — a realização do primeiro acto eleitoral genuinamente livre dos últimos cinquenta anos.

Aplausos do PS e dos Deputados independentes social-democratas.

Apesar de nos merecerem reservas a composição do Governo e certas transigências significativas que comporta, relativamente a pressões que lhe são claramente exteriores, o Governo da presidência de Maria de Lurdes Pintasilgo dá garantias de isenção e democraticidade que só por manifesto fachismo podem ser ignoradas.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — É certo que a isenção eleitoral passa também pela comunicação social — ou melhor, pela estrita neutralidade dos meios de comunicação estatizados —, e aí, para além de algumas boas intenções anunciadas não foram até agora fornecidas suficientes garantias concretas. Nesse aspecto, o PS espera medidas imediatas que dêem um sinal ao País — saturado de uma rádio e de uma imprensa reacionárias, comprovadamente instrumentalizadas ao serviço de interesses inconfessáveis —, sinal de uma vontade de política clara de mudança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Porque se tal não acontecer difícilmente as eleições poderão considerar-se como efectivamente livres.

Aplausos do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Programa do Governo, apesar da sua natural concisão, revela uma ambição que só com grande esforço poderá considerar-se em harmonia com a limitação temporal que o Governo subjectivamente a si próprio se impôs.

Não vai nisto uma crítica, mas tão-só uma reserva, que experiências passadas justificam. É, porém, de algum modo omissa quanto à factura pesadíssima que o Governo Mota Pinto deixou em aberto e que o povo português será obrigado a pagar. Não recebeu a herança a benefício de inventário e, assim, tudo aquilo que ainda venha a fazer no sentido de esclarecer o País quanto aos erros e atropelos de gestão do Governo Mota Pinto — tantos e tão graves foram — representará um serviço efectivo para salvaguarda das responsabilidades próprias e das futuras experiências governativas.

Aplausos do PS.

Nesse sentido, o PS formulou perguntas à Sr.^a Primeiro-Ministro, que ficaram sem resposta, relativamente a decisões de fundo tomadas pelo Governo Mota Pinto e a certas nomeações e exonerações decretadas — algumas bem escandalosas — já depois de aceite a sua demissão. Irá o presente Governo corrigi-las, como lhe cumpre?

Os governadores civis que são membros do PS puseram os seus lugares à disposição do Governo, como é natural, desde o início do novo mandato governamental. Não consta que os Ministros da República para os Açores e a Madeira tivessem procedido com idêntica isenção.

Vozes do PS: — Muito bem!

Risos do PSD.

O Orador: — Dir-se-á que têm um estatuto diferente, nos termos do artigo 232.º da Constituição. Sendo, contudo, nomeados sob proposta do Primeiro-Ministro, tendo competência ministerial e assento em Conselho de Ministros, não se comprehende, nem se aceita, que tenham sido ignorados no momento da formação do Governo e deixados à margem, completamente alheios ao debate que se tem desenrolado nesta Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Que garantias tem o Parlamento de que a isenção governamental, na preparação das eleições, seja mantida nas regiões autónomas — onde, aliás, as leis da República, como é sabido, nem sempre têm sido cumpridas e as violências, pressões e ameaças contra adversários dos Governos Regionais têm sido moeda, infelizmente, corrente.

Aplausos do PS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — As perguntas formuladas neste sentido ao Governo — em duas oportunidades distintas — ficaram igualmente, até agora, sem resposta.

O Governo não é, obviamente, um executivo que reflecta os resultados eleitorais expressos na actual composição da Assembleia da República. Governo legítimo, se não vier a ser votada maioritariamente a sua rejeição por esta Assembleia, como supomos acontecerá, não tem, nem poderia ter, em razão da sua origem e composição, o voto favorável do PS. O PS não pode, pois, por ele ser responsabilizado.

Tudo quanto se diga em contrário é pura propaganda de pendor partidário, já marcada por preocupações eleitoralistas.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Então rejeite-o.

O Crador: — Contudo, o Partido Socialista, uma vez mais, tem uma posição responsável e realista, estando acima de tudo interessado em não bloquear as instituições democráticas. Por várias vezes já assim aconteceu.

Não se dispôs, por isso, a inviabilizar o Governo, apresentando, por exemplo, uma moção autónoma de rejeição, que correria o risco de ser votada pelos partidos da direita.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Ai era, era.

O Sr. Meneres Pimentel (PSD): — Qual direita?

O Orador: — Obviamente — e poi maioria de razão — jamais votaria a moção de rejeição apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS, cujos termos e fundamentos em absoluto repudia.

Aplausos do PS.

Opta, assim, pela abstenção...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... que neste caso não significa alheamento nem muito menos indefinição, mas a atitude mais consentânea com o respeito pelos princípios repetidamente afirmados nesta Casa pela bancada socialista e pelo "realismo e sentido das responsabilidades que a situação do País de nós imperativamente reclama.

O PS foi sensível a certas afirmações de esquerda...

Uma voz do CDS: — O que é isso?

O Orador: — ... produzidas durante o debate por determinados membros do Governo. Considera francamente positivas certas tomadas de posição do Programa — tanto no domínio da política interna como no da política externa — e não ignora os ataques que sectores reaccionários vêm fazendo ao Governo, em termos de uma raiva mal disfarçada e de uma imensa frustração.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Claramente o Governo da engenheira Pintasilgo representa, desde logo, um imenso progresso em relação ao anterior Governo e constitui para os partidos da direita...

O Sr. Meneres Pimentel (PSD): — Qual direita?

O Orador: — ...um enorme balde de água fria...

O Sr. Rui Pena (CDS): — Ah!

O Orador: — ... nas ilusões que alimentavam quanto à dissolução da Assembleia da República, como o primeiro passo da escalada que (pensavam) os conduziria à destruição do regime, porventura por via de referendo.

Aplausos do PS e protestos do PSD e do CDS.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Isso não é correcto!

O Orador: — A submissão do Programa do Governo ao voto desta Assembleia, antes de dissolvida, e bem assim das propostas de lei ou das autorizações legislativas necessárias, por serem do domínio da competência reservada da Assembleia, representam demonstrações evidentes de respeito pela legalidade instituída, nos termos constitucionais, que enchem os partidos da direita de mal contido despeito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS é solidário com o Governo...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Claro! E com aquilo que ele fizer...

O Orador: — ... na sua orientação legalista e, responsávelmente, manifesta-se por completo aberto a conceder-lhe, nos termos da Constituição, as autorizações legislativas e os instrumentos legais que lhe sejam necessários para governar.

Aplausos do PS.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Pudera!

O Orador: — Partido de Governo, o PS tem a consciência das suas responsabilidades e a noção das exigências do interesse nacional, que não se compadecem com chicanas políticas,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... nem com obstruções sistemáticas, inspiradas tão-só nos interesses partidários.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Nobre da Costa que o diga!

O Crador: — Como sabe o que é governar...

Vozes do CDS: — Governar mal!

O Orador: — Bem, já governámos com os senhores.

Risos e aplausos do PS.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Mas mal!

O Orador: — Como sabe o que é governar e o custo para o País de situações que se arrastam em suspenso e que urge resolver, o PS nunca fará como outros partidos que se obstinam em não deixar governar, mas nem por isso se desistem eles próprios a governar.

Aplausos do PS.

O PS, por experiência própria, sabe bem quanto é fácil é criticar e quanto difícil é resolver e, sobretudo, resolver bem, no interesse dos trabalhadores portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Já ouvimos isso!

O Orador: — Entrando pela força das coisas num período eleitoral, o PS não se desinteressa da governação pública,

que nos próximos meses conhecerá desenvolvimentos decisivos. Há resoluções fundamentais que não podem por mais tempo protelar-se, sob risco iminente de rotura financeira. Há passos em relação à Europa e à nossa presença no mundo — designadamente em África e na América Latina — que têm de ser dados, urgentemente.

O poder de compra das populações tem de ser, na medida do possível, defendido, bem como a criação urgente de novos postos de trabalho. As mulheres, os reformados e os jovens são categorias sociais que têm-de merecer uma preocupação prioritária. E há reformas sociais delineadas pelos governos anteriores — como o Serviço Nacional de Saúde — que têm de ser prosseguidas, no interesse das classes mais desfavorecidas e do comum dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Governo pode contar com a cooperação do PS em todos os projectos progressivos que representem benefícios concretos para o povo português. Pode contar com o apoio crítico e vigilante do PS contra os ataques de que venha a ser alvo, quer de forças partidárias, quer de outros mais obscuros centros de pressão.

Serena e determinadamente, o PS dispõe-se a travar a batalha eleitoral nas suas múltiplas e sucessivas fases que começam com as eleições intercalares. Com a convicção plena da vitória.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Claro!

O Orador: — No respeito mais absoluto pelas regras democráticas e do *fair-play* relativamente aos adversários. Mas com a certeza também de que, desta vez, quem ganhar há-de governar.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Desde que seja maioritário.

O Orador: — Com maioria absoluta ou meramente relativa.

Aplausos do PS.

Doutro modo não faria qualquer sentido, a não ser para os inimigos da democracia, o acto eleitoral que se impôs ao País, contra a maioria expressa desta Assembleia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Fazemos agora o intervalo para o almoço.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É para pedir, Sr. Presidente, que dado o adiantado da hora, a sessão só recomece às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 16 horas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Primeiro-Ministro.

A Sr.ª Primeiro-Ministro (Maria de Lurdes Pintasilgo): —

Sr. Presidente da Assembleia da República. Srs. Deputadas, Srs. Deputados: Quando, no início desta semana, apresentei, em breve introdução de ordem política, o Programa do Governo a esta Assembleia, disse que considerava um privilégio poder fazê-lo.

Estava então consciente de cumprir um dever constitucional perante o povo português, expondo à aprovação dos seus legítimos representantes as perspectivas globais, os objectivos e as medidas políticas e legislativas que integram o Programa do V Governo.

Estou ainda consciente desse privilégio. Ao ser-me facultada a possibilidade de uma intervenção final neste debate, sei que é ao povo português que a devo. Por isso, que me seja permitido, Srs. Deputados, saudar em VV. Ex. as os eleitores que representam e que, por vosso intermédio, trouxeram a estes dias de debate algo do seu sentir e do seu querer.

Nos momentos de debate de ideias e propostas em que os Srs. Deputados se debruçaram explicitamente sobre o conteúdo e significado do Programa — faço naturalmente um parêntesis para outras divagações — encontrei numerosas sugestões e críticas que, bem ponderadas pelo Governo nos próximos dias, enriquecerão, sem dúvida, a sua actuação.

Foi para mim e para os meus colegas de Governo estímulo, na prossecução da tarefa que nos cabe, verificar que a orientação do Programa, ainda que delineada num período de tempo escasso e sem o apoio de qualquer estrutura como aquela que naturalmente os partidos políticos possuem, encontrou eco e encorajamento em muitos dos oradores que interviveram no debate.

Seria ingrato da minha parte não salientar quanto de criador houve na maior parte das intervenções de fundo e quanto delas desejaria poder incorporar, o mais depressa possível, no próprio corpo do Programa do Governo.

Mas outros houve para quem as intenções e propostas do Governo permaneceram até ao fim obscuras e marcadas pela ambiguidade. A esses é obviamente impossível convenir pela argumentação. Espero que a prática do Governo o faça, ao longo dos próximos cem dias. Espero que, apesar de a mais elementar confiança me ter sido explicitamente recusada à partida pelos dirigentes de alguns grupos parlamentares que representam o povo português, a boa-fé e a honestidade moral de todos os sectores da população por eles representados triunfem sobre os preconceitos com que o Governo a que presidi foi e continuou hoje a ser julgado

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao procurar esboçar uma perspectiva globalizante da acção governativa, ao tentar enquadrar os objectivos do Programa numa visão integrada do desenvolvimento, ao fazer cair, ao menos na intenção, as muralhas napoleónicas entre sectores da vida pública que se devem interpenetrar para maior economia de meios e maior eficácia de resultados, o Governo não seguiu — como seria fácil de imaginar e de presumir — uma qualificação de compêndio, nem pretendeu refutar-se no lugar simples das abstrações.

As nossas perspectivas e propostas, que alguns Srs. Deputados apelidaram de "vagas" e "abstractas", vêm antes marcadas pelo desejo que o Governo tem de não pautar a sua conduta segundo teorias e esquemas, que já deram a sua prova mas, antes de fazer face, de forma directa e concreta, às necessidades reais da população.

Trata-se na orientação que o Governo seguiu ao apresentar o seu Programa, e como um dos mais jovens Deputados desta Câmara bem o salientou, de conceber o desenvolvimento e a organização social não como uma aplicação de modelos pre-determinados emprestados no tempo ou no espaço a modelos alheios, mas com um processo endógeno. Quer isto dizer que se trata de um processo que nasce de dentro para fora e que não é, portanto, facilmente rotulável

à luz das ideologias dominantes, quaisquer que elas que sejam.

Curioso é, aliás, notar que o que é considerado vago e abstrato é simultaneamente acusado de introduzir ilegitimamente alterações na sociedade portuguesa. Mas que estranho paradoxo!... Não fora a origem destas palavras vir de uma certa zona do hemicírculo e eu julgaria que estavam em plena contradição dialéctica.

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Olhe que não!...

A Oradora: — São as nossas propostas "vagas" e "abstratas" ou serão elas precisas e concretas, capazes de imporem balizas bem definidas para a resolução dos problemas do dia-a-dia? E esta a questão.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Do dia-a-dia não!

A Oradora: — E a esta luz que me cabe perguntar: O que esteve afinal em causa neste debate?

O Sr. Meneres Pimentel (PSD): — V. Ex.^a.

A Oradora: — O enquadramento político do Programa e os elementos que balizam a sua aplicação?

As perspectivas globais que, no essencial, nenhum partido teve a coragem de contestar por a, mais b?

Os objectivos por áreas do Programa?

As inovações estruturais, que passaram ao lado das observações que aqui foram feitas?

As medidas políticas apontadas, cujo carácter descriptivo passou despercebido àqueles que apenas estão habituados aos esquemas tecnocráticos de 1, 1, 1; 1, 2, 1; 1, 3, 2; e 1, 2, 3?

Risos

O que é, afinal, recusado, tão visceralmente, talvez tão freudicamente (*Risos*) por alguns dos Srs. Deputados?

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Nessa matéria é perita!

A Oradora: — Ao ouvir esta manhã alguns Srs. Deputados, dei-me bem conta de três factores, dos quais só um me diz respeito, a mim e ao Governo a que presido.

O primeiro factor é o conflito, já não latente, mas explícito, entre parte desta Assembleia e o Sr. Presidente da República.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Por acaso!

A Oradora: — Por muito respeito que me mereçam uma e outro, devo dizer que tal conflito nada tem a ver com o Governo. Lamento que, em vez de se ter discutido ao longo deste debate de forma mais aprofundada o Programa e as alternativas possíveis para o País, mesmo por um período muito curto, o tempo tenha sido bastante utilizado para explanação de um conflito entre dois órgãos de soberania perante os quais o Governo é igualmente responsável.

Vozes dos Deputados Independentes Sociais-Democratas: — Muito bem!

A Oradora: — O segundo factor é um fastasma que parece pairar no inconsciente colectivo de parte desta Assembleia: a hipótese de um maquiavélico conluio antidemocrático entre o Sr. Presidente da República e este Governo. Não considero que valha a pena esgrimir contra fantasmas, até porque nunca tive medo do escuro.

O povo sabe, e não pode deixar de saber porque acredita na isenção do Sr. Presidente da República, que democratiz-

camente elegeu, que tal conluio nunca existiu, nem poderia existir. O respeito pela Constituição que o Sr. Presidente da República em todos os momentos tem mostrado é mais que suficiente para dar ao povo português a garantia de caminhos limpos no processo democrático.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Deveria ser!

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Malcriado!

A Oradora: — O que a nosso ver está em causa, e é esse o terceiro factor que as intervenções desta manhã puseram ainda mais a nu, é o facto de o Governo se assumir como tal, sem ceder à intimidação que o levaria cobardemente a auto-esvaziar-se do seu mandato como Governo.

E por que uma tal reserva e uma tal hostilidade, que não pode, sequer, conter o verbo para escutar, numa Assembleia que se diz civilizada, querendo seguir os caminhos do velho continente a que pertencemos e a que me honro de pertencer?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Parece que duviva disso! Vê-se.

A Oradora: — Porque é um Governo que se apresenta frontalmente como um executivo autónomo, simultaneamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República, incapaz, pela sua própria natureza e composição, de se transformar, após a dissolução da Assembleia da República, num simples eco ou braço executório quer da vontade presidencial quer da vontade de qualquer partido.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Porque é um Governo que tem a ousadia — que para alguns será usurpação ou despudor — de falar linguagem política, certo de que a política (tal como a poesia), saiu à rua com o 25 de Abril e de que o Governo não tem de pedir desculpa a ninguém de ser político.

Vozes do PS e dos Deputados independentes sociais-democratas: — Muito bem!

A Oradora: — Porque é um Governo que ao falar uma linguagem política desmistifica o exclusivismo da esfera política que alguns gostariam de continuar a considerar como seu feudo ou seu "latifúndio" para prestígio social.

Vozes dos Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

A Oradora: — Porque é um Governo que tem a lucidez de reconhecer os limites objectivos em que se situa e que, por isso, se considerou a si próprio como de "transição". E mais uma vez esclareço o duplo sentido da expressão que deliberadamente usei.

Alegro-me, aliás, ao notar que muitas das expressões usadas nesta Câmara por alguns grupos que hostilizaram este Governo foram de minha própria autoria. Como não utilizei o *copy-right*, não há problema.

Risos.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Presunção e água benta! ..

A Oradora: — É um Governo de "transição" porque exerce um mandato entre duas Assembleias virtualmente distintas na sua composição. É um Governo de transição porque, na ausência da Assembleia da República como um dos Órgãos de Soberania perante os quais o Governo é responsá-

vel, o seu limite temporal é clara e inequivocamente marcado pela Constituição.

Porque é um Governo que assume, sem o dramatizar nem empollar, o termo do seu próprio poder. E não é preciso ser perito em ciências humanas para se entender que esta atitude em relação ao poder incomoda, porque insolita e, no seu desprendimento patente, insolente, num momento em que a ambição do poder põe a nu a desonestidade moral e intelectual de alguns que me tinha habituado a julgar como homens dignos e sérios, mas que fabricam mentiras e afirmam calúnias...

Protestos ruidosos do PSD e do CDS, com murros nos tampos das bancadas, respondendo os restantes sectores da Assembleia com prolongados aplausos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fazem o favor de deixar falar a Sr.ª Primeiro-Ministro.

O Sr. Eduardo Vieira (PSD): — Ela que não faça ofensas!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Sr.ª Primeiro-Ministro está a usar de um poder legal, e não de um favor da Assembleia.

Protestos do PSD e do CDS.

Uma voz do PCP: — Fascistas!

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — A Sr.ª Primeiro-Ministro não pode insultar ninguém. Precisa de menos presunção e mais água benta!

O Sr. Presidente: — Faça favor de continuar Sr.ª Primeiro-Ministro.

A Oradora: — Num momento em que se afirmam mentiras e calúnias como se fossem verdades universais, o aparecimento de um Governo que vai ter nas mãos um poder precário no tempo e que a ele se não agarra é uma afronta e uma inesgotável fonte de mal-estar.

A aparente contradição hoje de novo sublinhada por alguns oradores entre o horizonte limitado do Governo e a perspectivação do Programa, qualificado de ambicioso, não tem em devida conta o que mais uma vez me vejo obrigada a esclarecer a que aqueles que já tiveram responsabilidades de governação deviam em boa lógica compreender. É que, a não ser que a acção governativa se limite à resolução casuística (e logo arbitrária e discricionária) de situações concretas ou, o que seria ainda mais grave, ao pretexto para favorecer clientelas ou compadrios, todo o Governo, por mais limitada que seja a sua duração, tem a obrigação estrita — a um tempo técnica e política — de saber as motivações dos seus actos e de indicar claramente à Assembleia da República as razões das suas prioridades.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — O que é que isso tem a ver? ...

A Oradora: — Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados: Talvez fosse expectativa de alguns sectores desta Câmara que eu respondesse às acusações que aqui me foram feitas e cuja lista dos adjetivos está patente nas actas destes dias para quem os quiser ler. E talvez que tudo isso pudesse justificar aos olhos dos Srs. Deputados que eu me defendesse perante a afirmação de que "o Primeiro-Ministro e este Governo não oferecem garantias políticas de isenção e de imparcialidade".

Vozes do PSD: — Nenhuma!

A Oradora: — Responder a tais acusações é uma óbvia

tentação. Devo confessar que a minha origem ribatejana me impelia a fazê-lo já e a descoberto!

Risos do PS e do PCP.

Mas considero que as calúnias e as mentiras caem, de podres, a seu tempo.

Por muito grande que seja a "ingenuidade" ou "ignorância política" da Primeira-Ministra, ela nunca confundiria o Poder Legislativo com o Poder Judicial; A Primeira-Ministra não está perante a Assembleia da República *como ré*.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Andam por demais atropeladas na opinião pública as competências dos Órgãos de Soberania para que o comportamento da Primeira-Ministra neste momento ainda vá acrescentar mais confusão ao panorama geral.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Já acrescentou!

A Oradora: — Não gostaria que o povo português visse que alguns dos seus representantes haviam transformado a Assembleia da República em tribunal de outro Órgão de Soberania.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Não deixo no entanto, de fazer aqui duas observações.

A primeira é a verificação de que as acusações que me são dirigidas têm que ver não só com a minha actuação política, mas sobretudo com a pessoa que sou. É a minha convicção de que vale a pena investir tudo em cada momento e a certeza de que não há, portanto, limites calculistas no meu empenhamento político, que obviamente desconcerta e irrita outros temperamentos. Sou eu, Maria de Lurdes Pintasilgo, com uma história e uma maneira de ser que estou em causa. E disso não tenho dúvida.

Ora nisso, Sr.ºs e Srs. Deputados, considero-me soberanamente livre e com direito de o ser numa sociedade que se quer justa e democrática.

Aplausos do PS, dos Deputados independentes sociais-democratas e de alguns Deputados do PCP.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Ninguém lho nega.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — A questão não é essa!

Alguns dos Srs. Deputados procuraram fazer uma distinção entre a minha pessoa e o meu comportamento político.

Se esse Srs. Deputados julgam, com bitolas diferentes na mesma pessoa, o ser humano e o político, eu, pela minha parte, em todo o comportamento humano, analiso a componente política, e, em todo o político, aprecio o homem. No dia em que um esconder o outro, o mundo ter-se-á transformado num mero jogo entre máscaras e não entre pessoas.

Alpausos do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes.

A segunda observação que quero fazer reforço-se — e digo-o especialmente dirigindo-me aos Srs. Deputados, com a consciência nítida que o faço também perante o povo português — ao enquadramento internacional da minha actividade. Contrariamente às afirmações feitas aqui esta manhã, devo esclarecer perante esta Câmara e, através dela, perante o povo português que a minha actuação enquanto representante de Portugal na UNESCO foi marcada por um crescente e sempre activo apoio por parte dos meus colegas, quisquer que fossem os grupos geopolíticos a que pertenciam. A minha eleição para o Conselho Executivo da UNESCO

teve lugar por proposta unânime dos países do bloco ocidental e contou com o apoio de 121 países, num total de 126 votantes

Vozes do PS: — Apoiado!

A Oradora: — E se mais provas não tivera de que posso, no plano internacional, representar dignamente o meu país, bastariam os telegramas de apreço e solidariedade recebidos de numerosos chefes de Estado ou de Governo, que me têm chegado às mãos, de que destaco os Primeiros-Ministros dos países da CEE.

Vozes do PS e dos Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Isso é protocolo!

A Oradora: — Ao referir tais dados não tenho quaisquer intenções de me vangloriar, pois apenas fui voz do povo a que pertenço, mas múltiplas relações internacionais, mas tenho, sim, o desejo bem claro de que o povo português saiba que, através deste Governo, está em estreita ligação e solidariedade com os mais diversos povos e culturas, sem exceção.

Caber-me-ia retomar neste momento o objecto principal deste debate: o traçado do Programa do V Governo Constitucional.

Sinto, porém, depois das intervenções desta manhã, que são quase supérfluos quaisquer novos esclarecimentos que eu aqui me propusesse dar. Limitar-me-ei, portanto, a insistir sobre alguns aspectos e intenções que possam ainda oferecer dúvida

Reafirmo, em primeiro lugar, as perspectivas globais da acção governativa. Afirmamos no programa que o mandato que nos é confiado — a preparação de eleições intercalares — exige a criação de um clima de acalmia e serenidade, a defesa da liberdade, tanto pessoal como das comunidades e da Nação no seu conjunto, a satisfação das necessidades básicas, o reforço do Poder Local a todos os níveis.

Não formulamos estas quatro grandes perspectivas como figuras de retórica. Julgamos que o acto eleitoral se prepara num enquadramento motivador do voto e num fortalecimento dos laços de solidariedade que ligam uns aos outros os membros de uma mesma comunidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Estamos conscientes que um povo se consolida como tal à volta de acontecimentos significativos. Pois, que é a História senão o acontecimento vivido e repercutido no tecido social?

Por isso, a par de todos os mecanismos e programas que, no quadro das instituições para tal vocacionadas, tenham como objectivo o incitamento ao voto, está o Governo disposto a contribuir, através dos meios que lhe são próprios, e só desses, para que as eleições possam ser vividas como um acontecimento aglutinador do povo português. Entendemos que os nossos compatriotas não esgotam a sua capacidade de participação social e política no acto material do voto. Ao afirmarmos as perspectivas globais da acção governativa que nos propomos levar a cabo, queremos significar que a preparação de eleições é um envolvente de muitas acções diferenciadas. Vemos como indispensável a convergência dos esforços dos vários sectores da vida nacional para a criação desse envelopante.

E perguntarei entre parênteses: que um governo prepare materialmente as eleições neste enquadramento e com estas preocupações será sinal de falta de isenção ou sentido das responsabilidades políticas? Aos que desejariam apenas a lubrificação da máquina tecnocrática de preparação do voto terei de dizer sem ambiguidade que este Governo não é um computador!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Ah!...

A Oradora: — Espero que não restem dúvidas neste momento entre todos aqueles que estão interessados em preservar e desenvolver uma vivência livre e democrática sobre a atitude e as "ambições" deste governo no que respeita à sua isenção perante o próximo acto eleitoral. Estão definidos por esta Assembleia na legislação que aprovou, os mecanismos e as disposições de controlo da veracidade do acto eleitoral.

E recordo mais uma vez as intervenções que neste campo têm as autarquias — elas já com representação pluripartidária — os partidos políticos como tais, os tribunais e a Comissão Nacional de Eleições, esta também de composição pluripartidária.

Esquecer este facto ou iludir permanentemente o seu conhecimento julgo não servir a ninguém.

O Governo deseja afirmar uma vez mais que durante a sua actuação manterá — para além de todas as perplexidades que certos comportamentos lhe venham ainda a causar — a sua firme intenção de contribuir para a pacificação e a acalmia social, procurando o contributo e o diálogo com todos os partidos e forças sociais, mesmo aqueles que parecem escusar-se a esse contributo conjugador e a esse diálogo, preferindo o monólogo.

Foi para este Governo particularmente grato verificar que a tentativa que fez da sua própria estrutura interna e das suas áreas de actuação encontrou apoio e concordância entre a maioria dos Srs. Deputados que a tal propósito se lhe referiram.

Gostaria de poder dizer perante esta Assembleia aquilo que é uma verdade conhecida, que o funcionamento do Governo revela já os inegáveis benefícios que decorrem da sua nova estrutura. A colegialidade impõe-se automaticamente. As decisões são mais eficazmente preparadas. As acções são mais concertadas desde o início. Segundo a Constituição o Governo é livre de se organizar internamente como entender. O facto de internamente o Governo ter autonomizado três grandes áreas de coordenação não implica — e presto este esclarecimento para que tudo fique no devido tom — contrariamente ao que foi aqui afirmado, a existência de "Superministros" que passassem o tempo a coordenar os outros.

Risos.

Todos os Ministros têm o mesmo estatuto. E a coordenação a nível de áreas significa que o Governo (e a Primeiro-Ministro em particular) não têm do Poder uma concepção concentracionalista.

Mas a importância mais significativa da organização do Governo e do seu trabalho está na forma como esse trabalho se irá concretizar. O terminal, se assim posso dizer, de cada sector da governação deixará de ser um terminal isolado, como se o povo que servimos fosse sucessivamente consumidor, produtor, utente de serviços de saúde, educação, etc. Não. Esta estrutura pretende conduzir a uma forma integrada de prestação de serviços, de tal forma que o processo de desenvolvimento se destine na prática a todas as dimensões da pessoa humana.

Três observações apenas, de ordem geral, relativas aos comentários feitos sobre os objectivos e medidas:

1) É certo, como foi aqui notado, que os objectivos e medidas apontados neste programa carecem de um plano como quadro de referência. Mas esperamos também que a experiência deste Governo permitirá, ela própria, pensar no Plano em outros termos.

Se, como esperamos, for possível tornar operacional a participação do povo na elaboração do Plano, os terminais convergentes da acção governativa poderão fornecer o suporte adequado para tal esforço, enquanto o reforço do Poder Local, através da descentralização das decisões políticas e da desconcentração das decisões técnicas, dará garan-

tia da adequação das acções às populações que servem;

2) Por outro lado, os objectivos e especialmente as medidas foram formulados deliberadamente sem recortes nítidos. É um conjunto de intenções programáticas a guiar a actuação do Governo e a impulsionar a aceleração dessa actuação.

Não foram incluídas acções pontuais, que essas surgirão das "medidas políticas e legislativas", que são as únicas consignadas na Constituição como devendo fazer parte do programa a apresentar à Assembleia da República.

Por isso, quaisquer indicações relativas a mudanças de quadros ou de pessoas não se incluem neste Programa. Elas são da responsabilidade do Governo no exercício da sua gestão corrente.

Finalmente, quero assinalar que os objectivos e medidas foram prioritariamente concebidos, como muito bem verificou um dos Srs. Deputados, em termos qualitativos. Tal óptica não resulta apenas da dificuldade da situação actual em permitir melhorias em termos quantitativos. Resulta também da certeza que há muita coisa a melhorar no seu funcionamento, na criatividade dos serviços que dependem do Estado. Este programa contém uma aposta de transformação qualitativa.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: Vai o Governo, para levar a cabo a sua acção, pedir à Assembleia da República as necessárias autorizações legislativas nas áreas de competência reservada nesta Assembleia. Feita que está há vários dias a listagem dos domínios previsíveis para a actuação do Governo durante cem dias, não deixa de subsistir um problema que foi posto ao Sr. Presidente da República, bem como ao Sr. Presidente da Assembleia da República: a eventualidade de um bloqueio governativo.

Julgamos que mesmo para esta eventualidade, ainda que remota, os dois Órgãos de Soberania perante os quais o Governo é responsável não deixarão de encontrar uma solução constitucional.

Ao termos conhecimento esta manhã de que para os domínios de competência reservada da Assembleia da República, nomeadamente no que diz respeito a empréstimos externos e actualização do Orçamento Geral do Estado, há grupos parlamentares que não estão dispostos a dar essa autorização, não podemos deixar de mostrar a nossa perplexidade e de tornar claro, perante o povo português, que tal decisão significa que certos grupos de Deputados não querem que o Governo tome as decisões necessárias à vida normal deste país.

Vozes do PS: – Muito bem!

Vozes do PSD e do CDS: – Não apoiado! É falso!

A Oradora: – Antes de terminar, Sr. Presidente, permita-me que agradeça aos Srs. Deputados a contribuição séria e cuidada que deram ao enriquecimento do Programa do Governo. Como já disse, o Governo não deixará de ter em conta as sugestões que aqui foram formuladas.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): – As ordens do PS!

A Oradora: – Mesmo as perguntas que ficaram sem resposta – e reconheço que muitas houve – serão devidamente ponderadas.

Vozes de desagrado do CDS.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, pedia o favor de não perturbarem a oradora.

A Oradora: – Os limites deste Governo vinculam-no, como já tive ocasião de dizer, dentro e fora desta Assembleia da República, à execução rigorosa da vontade claramente

expressa na Assembleia da República. Esse será um dos marcos norteadores da sua acção.

O debate, infelizmente, polarizou-se.

Uma voz do CDS: – Qual debate?

A Oradora: – Não por culpa expressa do Governo. Com a mesma consciência tranquila e serena com que aqui se apresentou na segunda-feira, o Governo aguarda a decisão sobre o seu programa, sabendo claramente o que fará num ou outro caso. Apenas pode dar uma garantia, que os homens e mulheres de boa vontade serão os únicos a compreender: é que, independentemente das posições aqui assumidas pelos diferentes grupos parlamentares, a isenção do Governo não sofre qualquer entorse.

Se a neutralidade objectiva do voto é um critério democrático que aplicamos a todas as leis votadas por esta Assembleia da República e que teremos de executar, o mesmo critério aplicaremos à votação que se vai seguir.

Será o resultado final que conta e não quem constitui a maioria que o tornou possível.

Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas e dos Deputados independentes Lopes Cardoso e Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: – Segue-se agora um intervalo de uma hora.

Vozes: – Não, Sr. Presidente, chega meia hora.

O Sr. Presidente: – O intervalo é de uma hora porque assim o determina o Regimento.

Eram 16 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: – Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: – Vamos passar à votação da moção de rejeição do Programa do Governo.

Esta moção de rejeição foi apresentada, como sabem, anteontem e, para melhor conhecimento e recordação, vai ser lida.

Foi lida. É a seguinte:

Considerando que o Primeiro-Ministro e o seu Governo não oferecem garantias políticas de isenção e imparcialidade para conduzirem o nosso país nesta fase pré-eleitoral;

Considerando que da composição do Governo, das declarações do Primeiro-Ministro e do seu Programa resulta claramente um apoio indisfarçado ao PS, ao PCP e seus satélites, apoio que estes mesmos partidos reconheceram e com o qual se congratularam;

Considerando que o interesse actual de Portugal não é consentâneo com a metodologia utilizada na formação deste Governo, com a sua subsistência, nem com as alterações que ilegitimamente e à revelia da Assembleia da República pretende introduzir na sociedade portuguesa;

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, certos de que assim defendem a democracia e os interesses internos e externos dos Portugueses, apresentam a seguinte

MOÇÃO DE REJEIÇÃO

A Assembleia da República rejeita o Programa do Governo presidido pela Sr.^a Engenheira D. Maria de Lourdes Pintasilgo.

Lisboa e Palácio de S. Bento, 16 de Agosto de 1979.
 — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, *Francisco Sá Carneiro* — *Pedro Roseta*. — Pelo Grupo Parlamentar do CDS, *Diogo Freitas do Amaral* — *Rui Pena*.

Submetida à votação, a moção de rejeição obteve 79 votos a favor (do PSD e do CDS), 33 votos contra (dos Deputados independentes sociais-democratas e dos Deputados independentes Vasco da Gama Fernandes, Cunha Simões, Vital Rodrigues, Brás Pinto e Lopes Cardoso), e 125 abstenções (do PS, do PCP, da UDP e do Deputado independente Galvão de Melo).

O Sr. Secretário (Maia Nunes de Almeida): — Nos termos constitucionais, o Programa do Governo não foi rejeitado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, salvo o devido respeito o resultado da votação será o seguinte: a moção de rejeição foi aprovada por maioria; simplesmente, não implica, nos termos constitucionais, a demissão do Governo.

No entanto, todos nós esperamos que o Governo tire desta votação as necessárias conclusões.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o ser ou não aprovada a moção — como acabou de dizer o Sr. Deputado Rui Pena — não adianta nada para a queda do Governo.

Protestos do CDS e do PSD.

Eu passo a ler o artigo 195.º da Constituição, que no seu n.º 4 diz:

A rejeição do Programa do Governo exige maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

Ora, a maioria absoluta são 132.

Vozes do CDS: — Mas a moção foi aprovada!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Até nisso são ignorantes!

O Sr. Presidente: — Vamos passar às declarações de voto. Tem a palavra o Sr. Deputado representante da ASDI.

O Sr. Vilhena de Carvalho (Indep.): — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Os Deputados Sociais-Democratas Independentes votaram em consciência, e plenamente libertos de orientações de quem quer que seja, contra a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS e fizeram-no por razões que julgam ponderosas.

Com o seu voto não quiseram significar que este Governo seja o "seu" Governo e, por isso mesmo, não são os seus Deputados, como o não foram do anterior Governo, nem também foram, nem são, como os "alcunham", os Deputados do Presidente da República.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Todavia, e apesar do o Programa do Governo também não ser um Programa com o qual nos identificemos, dado o tempo por que foi constituído, as tarefas fundamentais que lhe foram cometidas, as pessoas que o formam e os propósitos que as animam, do que tudo resulta um alto saldo positivo, acabado de aferir no presente debate e atentas as circunstâncias da vida nacional, outro não poderia ter sido o nosso voto.

É sobejamente conhecido que os sociais-democratas independentes advogaram uma solução para a crise aberta com a demissão do Governo Mota Pinto diversa da que foi seguida.

As nossas propostas assentavam todas elas em termos de não participarmos no Governo constituído por qualquer das fórmulas por nós adiantadas.

Vozes dos Deputados sociais-democratas independentes:
 — Muito bem!

O Orador: — Mas se isso revela desinteresse pessoal pelo poder, não significa que, adoptada que foi, legitimamente, uma fórmula diversa para a solução da crise, não vissemos com satisfação a inclusão no V Governo Constitucional de dois amigos e companheiros de ideal e luta política, ambos, como nós, sociais-democratas independentes.

A sua disponibilidade — "missão de serviço" lhe chamou ontem, neste hemiciclo, o Ministro Sousa Franco — é uma atitude bem diferente daquelas forças políticas que, em relação a outros governos, nem sequer despartidarizados consentiam que militantes seus deles fizessem parte.

Vê-se assim quem se dispõe a contribuir para a solução dos problemas nacionais e quem, falando do País adiado que somos, mais o pretende adiar.

Vozes dos sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — Os Deputados sociais-democratas independentes já deram bem provas de como têm em conta os interesses do País, e ninguém lhes poderá negar o mérito de havermos contribuído decisivamente para que tenhamos um Orçamento Geral do Estado cuja inviabilização, na sua primeira fórmula, custou ao País mais de 10 milhões de contos, como ontem aqui foi referido pelo Ministro da respectiva pasta.

Vozes dos Deputados sociais-democratas independentes:
 — Muito bem!

O Orador: — A inviabilização deste Governo nunca poderia contar com o nosso voto. Ele é necessário e será útil ao País.

Os seus opositores não conseguiram, ao longo do debate, produzir um mínimo de razões válidas em que se fundasse uma sempre legítima oposição.

Apostados em adensar a atmosfera política do País para logo de seguida o dividirem nos "bons", que são eles, e nos "maus", que são todos os outros, não chegam, porém, a assustar com as suas trovoadas verbais.

Vozes dos Deputados sociais-democratas independentes:
 — Muito bem!

O Orador: — Mesmo que rotulem os sociais-democratas independentes de satélites. Satélites de quê e de quem? Não têm dado eles provas sobejass da sua independência? São satélites do PS quando este partido tem votado como eles certas leis na Assembleia da República? Ou do CDS, ou do PSD quando fazem coincidir as suas votações com as nossas?

Do Governo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo quando nos limitamos a viabilizá-lo em nome do interesse nacional, dispondo-nos a criticá-lo quando, do nosso ponto de vista, este interesse nacional seja porventura posto em causa?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As razões da apresentação da moção de rejeição do Programa do Governo por parte dos dois partidos com representação parlamentar da Aliança Democrática nem são aquelas que vinham sendo aduzidas durante a fase em que somente se admitiu a possibilidade da sua apresentação, nem sequer as constantes dos consi-

derandos que precedem o texto de duas linhas da moção propriamente dita submetida ao voto da Assembleia da República.

É importante, do nosso ponto de vista, assinalar isso, para que o povo português possa ajuizar das razões verdadeiras que estão por detrás da tentativa de inviabilização deste Governo e ainda porque a ponderação dessas razões pesam no nosso voto contra a mesma moção.

Em primeiro lugar, sobressai inequivocadamente o facto de, neste Governo, terem assento dois Ministros que foram Deputados do PSD, membros destacados de órgãos nacionais daquele partido, como a Comissão Política Nacional e o Conselho de Jurisdição Nacional, e, mais ainda, por se tratar de pessoas que haviam sido convidadas para fazerem parte do "Comité Governativo" (vulgo, "Governo Sombra") do PSD, sendo um deles para o cargo de coordenador.

Este facto contribuiu, sem sombra de dúvida, para o exacerbamento dos ânimos no seio do PSD, contra este Governo, quanto ao que, pelo menos, se vê claro o despeito traduzido na infeliz insinuação de um Deputado daquele partido quando se referiu às "sobras que o PSD despreza", ou quando o mesmo Deputado salientou que para certas pessoas o nojo pela política cessa logo que alcançada a cadeira do poder...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — É verdade!

O Orador: — ...ou ainda quando na imprensa vêm feitas referências directas, por parte do Dr. Sá Carneiro, ao Prof. Sousa Franco como sendo um dos elementos do Governo que faz criar a desconfiança da sua imparcialidade quanto à preparação do próximo acto eleitoral!

Vozes do PSD: — É verdade!

O Orador: — Uma segunda razão, não directamente revelada, para a apresentação da moção reside, a nosso ver, na procura consciente e antecipada de pretensas explicações para um eventual insucesso no próximo acto eleitoral por parte da Aliança Democrática.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Muito mal!

O Orador: — Perante este previsível insucesso, o Governo, contra o qual foram feitas críticas de um tal jacto que só se poderão explicar pelo "clima de tensão" que certos políticos do nosso país confessam ser o seu clímax próprio de fazer política, seria o Governo o lógico bode expiatório desse eventual revés nas eleições que se avizinharam.

Por outro lado, a moção apresentada em conjunto por dois dos partidos da Aliança Democrática terá pretendido mostrar aos duvidosos da constância da unidade entre eles que, afinal, quando é preciso, essa unidade é um facto real, com o que se esbateram os amuas conhecidos pela não apresentação de listas conjuntas, o que, desde logo e para já, "Bissatelimou" o PPM.

Risos.

Mas a conjunção verificada por parte dos partidos da Aliança Democrática com expressão parlamentar numa mesma moção é ainda reveladora da existência de uma autêntica "coligação de oposição". Incapazes, como foram, de consolidar a chamada "convergência democrática" e de, a partir dela, dialogarem em conjunto com o Partido Socialista por forma a viabilizar um segundo Governo Constitucional, de legislatura, verdadeiramente aglutinador da grande maioria democrática do País para as tarefas de reconstrução nacional, umas vezes isolados e agora no mesmo comprimento de onda conservadora, fazem vir ao de cima

as suas características de oposição, embora por vezes alternadamente PSD e CDS, em oposição ao I Governo Constitucional. O PSD, em oposição ao II Governo Constitucional. O CDS, em oposição ao Governo Nobre da Costa. O PSD, retirando o inicial apoio crítico ao Governo Mota Pinto e agora, em conjunto, os dois partidos em oposição ao Governo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — É a nova maioria!

O Orador: — Uma tal vocação para a oposição não é resultado, apenas, da respectiva expressão eleitoral e, quanto ao CDS, revela-se em dois pormenores: foi este partido que teve a iniciativa legislativa quanto ao chamado "Estatuto da Oposição" que dizia querer "civilizada", "europeia" e não sei que mais,...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É pena que não saiba mais!

O Orador: — ...mas que não foi capaz de corresponder "urbanamente" sequer ao convite da Sr.ª Primeiro-Ministro para um primeiro encontro com dirigentes seus, nem se fez representar no acto solene, e sempre importante para a vida do País, da posse do actual Governo, em contraste flagrante com representações suas sempre presentes em actos solenes respeitantes à recepção de personagens estrangeiros, mesmo que "terceiro-mundistas" ou comunistas.

Risos.

Vozes do CDS: — Não é verdade!

O Orador: — Ainda e por contraste foi verberado neste hemicílico por um Deputado centrista que a Sr.ª Primeiro-Ministro tivesse tido a gentileza de visitar o Cardeal Patriarca de Lisboa, quando logo de seguida os representantes máximos da Aliança Democrática lhe seguiram, afinal, o salutar exemplo.

Risos do PS e dos deputados sociais-democratas independentes.

Muito ligeiramente, eu só comentaria que nada se constriu na negação. Que a democracia é prática, e não só pregação, que só no diálogo em tolerância a nortear a acção política nos libertaremos como pessoas e como povo.

Vozes dos Deputados sociais-democratas independentes: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, não se torna necessário ser muito sagaz para ver na moção de rejeição mais uma acção concertada, a nível da Aliança Democrática, contra o próprio Presidente da República.

Apesar de tomada a decisão da dissolução da Assembleia da República e do anúncio de eleições intercalares, o facto de não serem estas antecipadas, o ter-se afastado a possibilidade do referendo e o ter-se exigido a passagem do V Governo por esta Assembleia, fez agravar mais ainda o contencioso entre a Aliança e o Presidente da República.

A simultaneidade verificada entre o debate do Programa do Governo e o reiterar do anúncio do não-apoio a uma possível recandidatura do general Eanes é coincidência reveladora.

Desfeiteado o Governo com uma moção de rejeição do seu Programa, aí está posta mais uma pedra no combate sem tréguas ao Presidente da República, que se pretende ver substituído por um político em cujo retrato se acham também a trabalhar os técnicos especialistas de sua Magestade o pretendente ao trono de Portugal.

Risos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Virão aí, breve, as elei-

ções. Ainda bem. Isso me leva, para terminar, a fazer uma citação de Rudyard Kipling: "Só há dois meios de governar os homens: partir as cabeças ou contá-las", o que é uma maneira simplificada, de dizer que é preciso optar pela democracia ou contra a democracia.

Vozes dos Deputados sociais-democratas independentes:
— Muito bem!

O Orador: — Os deputados sociais-democratas independentes optam...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Contra a democracia...

O Orador: — ...pela contagem das cabeças e não abdicam do direito de que lhes contem as suas, a menos que lhas cortem.

Tudo são razões, sumariamente expostas pela limitação de tempo de uma declaração de voto, para que tivéssemos votado contra a moção de rejeição do Programa do Governo, apresentada pela Aliança Democrática.

Aplausos dos Deputados sociais-democratas independentes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está na Mesa um documento enviado pelo Governo que, se a Câmara não se opuser, me levará a interromper a sequência das declarações de voto para dele dar público conhecimento.

Pausa.

Como ninguém se opõe, passo a fazer a sua leitura. Diz o seguinte:

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Palácio de S. Bento

Junto tenho a honra de enviar a V. Ex.^a nos termos e para os fins do n.º 3 do artigo 134.º do Regimento dessa Assembleia da República as propostas de lei abaixo listadas e relativas a autorizações financeiras, alterações orçamentais e outras autorizações legislativas, solicitando ainda a V. Ex.^a que, nos termos dos artigos 174.º da Constituição, 243.º e 244.º do Regimento, seja declarada a urgência do processamento das mesmas.

Mais-se solicita a V. Ex.^a que, atenta a conjuntura política em que o Governo apresenta estas propostas de lei, seja com a máxima urgência convocada e reunida a Comissão Permanente para deliberar sobre a convocação do Plenário da Assembleia.

São as seguintes as propostas de lei apresentadas:

- I — Autoriza o Governo a emitir um empréstimo para a cobertura do déficit do Orçamento Geral do Estado, a colocar nas instituições financeiras e no Banco de Portugal.
- II — Autoriza o Governo a emitir um empréstimo para cobertura do déficit do Orçamento Geral do Estado, denominado "Obrigações do Tesouro FIP-1979".
- III — Autoriza o Governo a alterar a Lei do Orçamento para 1979.
- IV — Dá nova redacção ao artigo 1.º da Lei n.º 88/77, de 30 de Dezembro.
- V — Autoriza o Governo a fixar os limites máximos do endividamento do Estado por avales nas ordens interna e externa
- VI — Autoriza o Governo a contrair um empréstimo junto do B.I.R.D. até ao montante de 40 milhões de dólares.

VII — Autoriza o Governo a celebrar um Acordo de Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha no montante de 55 milhões de marcos.

VIII — Autoriza o Governo a aprovar o tratado internacional de constituição do Banco Inter-American de Desenvolvimento.

IX — Autoriza o Governo a conceder uma remuneração provisória aos ex-titulares dos fundos FIDES e FIA.

X — Autoriza o Governo a legislar em matéria fiscal (alterações aos Códigos do Imposto Profissional e do Imposto de Transacções).

XI — Autoriza o Governo a conceder benefícios fiscais nos casos de fusões, incorporações ou cisões de empresas públicas.

XII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de criação e estruturação no Centro de Estudos Judiciários.

XIII — Autoriza o Governo a legislar no âmbito do sector turístico.

XIV — Autoriza o Governo a celebrar contratos de empréstimo, com o Governo da Holanda, até ao montante de 20,9 milhões de florins.

XV — Autoriza o Governo a legislar sobre concessão de incentivos fiscais e bonificação de juros de crédito para investimento a empresas do sector das conservas de peixe.

Aproveito a oportunidade para enviar a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 18 de Agosto de 1979.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. (*legível.*)

Ricardo

O Sr. Presidente: — É o que cá está.

Srs. Deputados, em face do documento, convoco para o fim desta sessão uma reunião, no meu gabinete, dos representantes dos partidos a fim de se manifestarem sobre o assunto.

Vamos continuar os nossos trabalhos com as declarações de voto, para o que concedo a palavra ao representante da UDP.

O Sr. Manuel Monteiro (UDP): — Sr. Presidente, Sr.a Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A UDP tomou uma posição de abstenção perante a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada a este Parlamento pelo bloco reaccionário de direita. Quererá isto dizer que a União Democrática Popular tomou uma posição de abstenção em relação a este Programa e a este Governo? De maneira nenhuma.

A UDP tem uma posição muito clara e quero expressá-la qui perante esta Câmara e perante os trabalhadores portugueses.

A UDP considera que o Programa do Governo consente em si a política reaccionária do 25 de Novembro imposta pelo FMI; consente em si esta questão central com uma mistura de declarações de boa intenção, mas a UDP, como representante do povo trabalhador, tem a obrigação de tomar posições claras sobre as questões que se lhe colocam e nós pensamos que o essencial é que o Programa do Governo e as declarações da Sr.a Primeiro-Ministra perante esta Câmara e perante o povo português são declarações que dizem que o essencial da política seguida pelos Governos de Eanes irá ser mantido, no caso concreto da Reforma Agrária, no caso concreto da comunicação social, da contratação colectiva, do aumento do custo de vida.

Nós pensamos também que relativamente à sua composição este Governo é um Governo constituído por uma mista de pessoas com as mais variadas intenções, com certeza com os mais variados objectivos; pessoas que fazem parte deste Governo e que têm um passado de provas bem provadas ao serviço das forças imperialistas e contrárias aos interesses das massas populares; ministros que já fizeram parte de governos reaccionários anteriores.

O Programa e a composição deste Governo afastam-se de tal maneira das aspirações do povo pobre do nosso país que até o Dr. Mário Soares nesta Assembleia, agora na sua renovada face de esquerda, achou por bem marcar as respectivas distâncias entre o seu partido e este Executivo.

É que o Dr Mário Soares tem experiência própria de que os floreados populares em programas antipopulares não são para se cumprirem, são para "inglês ver", e neste caso para português sofrer.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não tem a piada do Acácio.

Risos.

O Orador: — Conclusão: sendo Eanes o mentor deste Governo, Governo que se responsabiliza perante esta Câmara e perante o povo em seguir a mesma política dos governos anteriores, fazendo parte do seu elenco pessoas que não têm a confiança da UDP e do povo, não pode de algum modo a UDP apoiar este Executivo.

Tudo faremos para que os objectivos dos mentores deste Governo, para que a política antipopular que este Governo forçosamente terá de seguir, sejam destroçados em confronto com as exigências e com a luta do movimento popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP, neste Parlamento e junto do povo, tem sabido concentrar os seus ataques na política reaccionária que tenta roubar ao povo as conquistas do 25 de Abril.

Temos responsabilizado o general Eanes como responsável por esta política e do mesmo modo a UDP chama o povo a lutar contra o bloco reaccionário que se distingue, neste caso concreto, de Eanes porque o referido bloco pensou ter chegado a altura de fazer o assalto final às fortalezas do 25 de Abril.

Deixamos bem claro que a oposição da UDP, expressando a posição popular quanto a este Governo e quanto à sua política, nada tem a ver com as pretensões, com os objectivos da aliança reaccionária golpista.

Não podemos, pois, votar a favor da moção porque, tanto pelo seu conteúdo como pela sua origem, não é uma moção que sirva os interesses das massas populares; bem pelo contrário, prossegue objectivos reaccionários e golpistas.

Como os Srs. Deputados sabem a UDP não pode apresentar uma moção de rejeição, mas, se tivesse poderes regimentais, apresentá-la-ia. Esperamos e temos a certeza do que para o ano, na próxima legislatura, a UDP já poderá apresentar moções de rejeição porque já aqui estará representada por um forte grupo parlamentar revolucionário.

Risos.

O Sr. Anatólio Vasconcelos (PSD): — Para o ano desaparece.

O Orador: — Mas a UDP quer deixar bem clara e bem expressa a sua posição, c. repito-o, se a UDP pudesse apresentar neste Parlamento uma moção de rejeição apresentá-la-ia; uma moção de rejeição contra a política antipopular que este Governo forçosamente vai seguir e contra o bloco reaccionário de direita.

A UDP apresentaria também e apresenta aqui a sua posição bem clara de oposição à política do PCP que continua a fazer uma política de conciliação com o chefe do 25 de

Novembro, o general Eanes, que fez uma colagem implacável com este Governo.

Risos do PCP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O PCP será responsabilizado perante as massas populares pela política antipopular que este Governo vai seguir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminei a minha intervenção com palavras de confiança; confiança na luta das massas populares, confiança em que os trabalhadores irão reforçar a sua unidade, em que os trabalhadores irão derrotar o bloco reaccionário, em que os trabalhadores irão derrotar qualquer política antipopular, em que os trabalhadores, na sua dinâmica de unidade e luta, irão apresentar à próxima Assembleia um forte grupo de deputados revolucionários para aqui expressarem as suas posições, as aspirações das massas populares, as aspirações do 25 de Abril.

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o representante do Partido Comunista Português.

O Sr. Joaquim Gomes (PCP): — **Sr. Presidente, Sra. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:** O debate travado ao longo das quatro sessões plenárias da Assembleia da República para apreciação do Programa do V Governo mostrou que, mau grado os esforços da direita, não só não foi inútil como foi constitucional e politicamente necessário.

Desde logo porque permitiu tornar público perante esta Câmara, e através dela perante o País, o Programa pelo qual este Governo vai pautar a sua prática política. Depois, porque proporcionou a explicitação de alguns aspectos menos claros, ao mesmo tempo que possibilitou o esclarecimento de alguns pontos omissos.

Finalmente, porque constituiu ocasião para que os Partidos tecessem as suas considerações sobre o Programa, formulassem as suas críticas, confrontassem as suas posições.

Um debate desta natureza nunca é inútil para as forças políticas empenhadas na busca das soluções para os problemas do nosso povo; um debate desta natureza só pode ser considerado inútil pelos que não acreditam nas virtualidades reais da democracia.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — O Álvaro Cunhal abandonou a Assembleia!

O Orador: — Estamos, aliás, seguros de que este Governo, porque é democrático e constitucional, não achou inútil este debate porque estamos convencidos de que este Governo terá em boa conta muitas das críticas e sugestões formuladas pelas forças políticas empenhadas em contribuir, em todas as circunstâncias e em todas as conjunturas, para a consolidação da democracia e para o bem-estar da população.

Talvez se compreendam agora melhor as razões que levaram os partidos da Aliança ao seu falso-convencimento da inutilidade deste debate. É que os partidos da direita tinham uma outra estratégia, que não passava, obviamente, pela constituição deste Governo e não passava, portanto pela discussão nesta Assembleia deste ou de qualquer outro programa do Governo.

A moção de rejeição subscrita pelo PPD/PSD e pelo CDS, que recebeu apenas os votos dos deputados destes partidos, teve ainda a vantagem de confirmar, se tal se tornasse necessário, o profundo empenhamento e responsabilidade dos partidos da Aliança na política desastrosa, antipopular, antinacional e corrupta do Governo Mota Pinto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O País tem agora mais elementos para avaliar o que seria um novo governo da Aliança reaccionária.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O povo voltará a condenar nas urnas uma tal política e voltará a deixar em minoria os partidos do grande capital, os partidos dos latifundiários, os partidos da exploração, os partidos do retrocesso.

Aplausos do PCP.

O povo voltará a manifestar a sua vontade política de participar na criação de uma sociedade mais justa e mais fraterna, confiando o seu voto aos partidos de esquerda, aos partidos democráticos, aos partidos do progresso.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A postura política dos partidos da direita perante este Governo e até o nervosismo dos seus dirigentes é bem o espelho do falhanço da sua estratégia, apostados como estavam no prosseguimento de uma política ruinosa, de uma política de assalto aos órgãos estatizados da comunicação social, de uma política de restauração dos privilégios do grande capital, de uma política de dependência a interesses antinacionais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Anatólio de Vasconcelos (PSD): — Como em 1975!

O Orador: — Derrubado pelas forças democráticas e pelo movimento popular um qualquer Xá, apoiado pela direita e por toda a reacção, as forças da Aliança acenam, como o fez o Sr. Freitas do Amaral qual produto delirante dos que vêem frustadas as suas manobras golpistas, com o fantasma de um qualquer Khomeini.

O debate do Programa, ao mesmo tempo que permitiu a expressão pública do sentimento de derrota da direita, quer quanto aos seus planos golpistas quer quanto aos resultados das próximas eleições, veio confirmar a análise do Partido Comunista quanto à composição, natureza e previsível prática política deste Governo e contribuiu, nessa medida, para a determinação do nosso voto.

Queremos, no entanto, sublinhar e tornar clara a nossa firme rejeição e repúdio pelos considerandos da moção e pelo manobrismo da direita, de que esta moção é um estor.

A abstenção do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português decorre do que afirmámos ao longo deste debate em numerosas intervenções: este Governo, apesar das boas intenções, em que acreditamos, de atenuar na área social as gritantes injustiças e os pesados sacrifícios a que conduziu a política anterior, ver-se-á presa da estratégia até aqui seguida em matéria económica, nomeadamente no que se refere às exigências do Fundo Monetário Internacional, estratégia com a qual sempre estivemos em desacordo e que poderá agora comprometer as intenções políticas aqui anunciadas.

A reafirmação dessa estratégia, mesmo quando se lhe procuram introduzir ligeiras inflexões, não pode deixar de acarretar, a nosso ver e como a prática o vem demonstrando, o sério risco de vir a frustrar algumas das boas intenções de lhe alterar os resultados.

Aliás, a coligação reaccionária deixou, pela mão de Mota Pinto, uma pesada herança económica, política e social a este Governo.

Na comunicação social estatizada assistiu-se à suspensão e saneamento de profissionais comprovadamente competentes, à censura e alteração de programas, à reintrodução de um clima de perseguição, ao assalto dos postos-chave por homens da direita, muitas vezes sem qualquer qualificação

profissional para o cargo que iam ocupar. E urgente a resolução dos problemas desse sector para que se respeite a Constituição e se criem condições de imparcialidade no período eleitoral que se avizinha.

As condições de vida dos portugueses sofreram um novo agravamento, ao mesmo tempo que escutas negociais e a subida em flecha dos preços engordavam os bolsos de meia dúzia de parasitas, de grandes intermediários e exploradores. Os problemas dos reformados e dos idosos não eram resolvidos, ao que se dizia por falta de meios, mas permitiu-se a manutenção e até o aumento das dívidas patronais à Previdência.

As tensões sociais agravaram-se por força de uma política que permitiu e estimulou o revanchismo e a prepotência do patronato mais reaccionário e, em resultado do bloqueamento patronal e administrativo, da regulamentação colectiva das condições de trabalho.

No MAP acumularam-se as ilegalidades, as arbitrariedades, os crimes e a corrupção.

Estas, para só citarmos uma parte da herança daquele que foi o Governo do PPD e do CDS, são situações que é urgente remediar. Estes são problemas para os quais o V Governo tem de encontrar rápida solução para evitar o agravamento das tensões sociais e se conseguir o clima de "acalmia e serenidade", que o Governo se propõe conseguir e as forças não desestabilizadoras reclamam.

Sr. Presidente, Sr.^a Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do meu Partido contribuiu, com o seu voto, para a viabilização do V Governo, mas não lhe deu o seu apoio expresso. No período da sua vida de governação, o Partido Comunista Português pautará a sua conduta perante o Governo a que preside a Sr.^a. Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo pelos princípios que já aqui afirmámos: apoiará as medidas e decisões justas do Governo, mas não deixará de criticar, e mesmo combater, os actos que sejam lesivos dos interesses dos trabalhadores e do povo português, da recuperação económica do nosso País e da consolidação do regime democrático.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Coerentemente com esta posição, o Grupo Parlamentar do PCP tem uma posição positiva relativamente à concessão de autorizações legislativas a este Governo, de modo que a sua acção não fique bloqueada em relação a matérias que são da esfera de competência reservada da Assembleia da República. Consideraremos naturalmente em concreto e casuisticamente os pedidos de autorização que forem apresentados à Assembleia.

A este respeito não podemos deixar de denunciar a atitude de negativa aqui anunciada pelos partidos da Aliança reaccionária e que constitui mais uma prova de que aquilo que os anima é a luta pelo poder e os mesquinhos interesses partidários e não os interesses nacionais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Olha quem fala!

O Orador: — Avizinhando-se a dissolução da Assembleia da República, cumpre terminar reafirmando a nossa convicção, baseada em análises sócio-políticas, que a direita voltará a ser minoria e o PCP verá reforçada a sua posição, aqui regressando para contribuir, com serenidade, para a solução dos problemas nacionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, ainda para uma declaração de voto, o representante do CDS.

A Sr.^a Maria José Sampaio (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS e o PCP viabilizaram no Parlamento o seu Governo.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

A Oradora: — Mas ainda assim fizeram-no sem brilho, nem convicção, mais apegados às benesses que dele esperam...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ora essa!

A Oradora: — ...do que à solidariedade política que as suas palavras pretendiam traduzir.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — O PS foi mesmo ao ponto de justificar a não apresentação de uma moção de rejeição com medo de que esta viesse a ser aprovada.

Risos do PSD e CDS.

Estamos, pois, perante um Governo que poderá ser, tão-somente, um caminho para viabilizar aspirações pessoais ou ambições partidárias.

Melhor teria sido, como aliás o CDS sempre defendeu, que o Presidente da República tivesse primeiro dissolvido a Assembleia para depois nomear um Governo que fosse efectivamente de gestão e de acalmia do País em período pré-electoral.

Mas tal só seria possível se o Sr. Presidente da República não se encontrasse expressamente divorciado da maioria que o elegeu.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Com efeito, ficou hoje provado nesta Assembleia, e esta é talvez a mais importante conclusão deste debate, que de entre os partidos aqui representados, o Presidente da República só não é hostilizado pelo PCP.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Ou seja, com a sua acção o Presidente da República está a perder a maioria que o elegeu e a optar pela minoria que se lhe opõe.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Curiosa situação esta a de um país ter como Chefe de Estado alguém que sistemática e intencionalmente tem vindo a alienar a confiança de todos os que o elegeram.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Este é, pois, o Governo da sua frustração relativamente aos partidos.

Este é, pois, o Governo de um projecto pessoal cuja marcha, que não será apenas de cem dias, agora se inicia.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

A Oradora: — Esta a verdadeira problemática que deveria ter caracterizado todo este debate, e não a simpatia pessoal pela Sr.^a engenheira Pintasilgo ou pelo Ministro ou Secretário de Estado A ou B.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Nem o farisaísmo político da Sr.^a Primeiro-Ministro, nem a aparente ingenuidade do PS, olhos postos numa vitória eleitoral facilitada pelos amigos do Governo, podem escamotear esta questão perante o povo português.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na verdade, três conclusões se podem tirar deste debate:

1.º — O divórcio expresso entre a maioria presidencial e o Presidente por ele eleito;

O Sr. António Lacerda (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — 2.º — O divórcio expresso entre o Governo que conseguiu passar e o querer e a vontade da maioria expressa neste Parlamento.

Mais uma das originalidades portuguesas, e da nossa Constituição, esta de permitir a um Governo que governe quando a maioria numérica desta Câmara não queria que governasse porque tem a certeza — e não já a dúvida — de que vai governar mal;

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — 3.º — a primeira derrota da maioria de esquerda, que não teve a coragem cívica de apoiar o seu Governo, o Governo que lhe foi oferecido de bandeja.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa é boa!

A Oradora: — Pelo contrário, a Aliança Democrática veceu a sua primeira batalha ao ver aprovar aqui — ainda que sem eficácia, por simples exigência legal — a sua moção de rejeição ao Programa do Governo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Então, parabéns pela vitória!

A Oradora: — É legítimo esperar que o Governo assuma agora de facto a humildade democrática que trazia na boca, mas que pelos vistos lhe não tocou o coração, e que governe dentro dos estritos limites de gestão dos negócios correntes do Estado, sem megalomanias, sem arrogâncias e sem o ar catedrático de quem leu algures, chegou, viu e venceu...

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

A Oradora: — É legítimo esperar que a Aliança Democrática, que denunciou a tempo tudo isto e alertou os Portugueses contra a maioria de esquerda e se propõe derrotá-la nas próximas eleições...

Vozes do CDS: — Muito bem!

Protestos do PCP.

A Oradora: — ...saindo hoje daqui com maior ânimo e sentido da vitória, aceite gallardamente o desafio que aqui lhe fez o secretário-geral do PS de governar Portugal após as próximas eleições.

Aplausos do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A moção que apresentámos, no uso do poder democrático que nos assiste de criticar e não apoiar um Governo, qualquer que seja, está em consonância com tudo o que afirmámos no decurso deste debate, que não prestigiou o Governo, nem a Assembleia, nem o Presidente da República.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Nem, e sobretudo, o PPD e o CDS!

A Oradora: — Como demonstrámos durante o debate,

rejeitámos o Programa do Governo porque a sua génese e composição não nos permitem considerá-lo como imparcial, desde logo, pela figura do Primeiro-Ministro, e que aqui hoje ficou bem expresso para os que ainda sustentavam qualquer dúvida . e depois pela sua estrutura e base programáticas.

Um mínimo de honestidade impediria quem quer que fosse de falar em isenção, imparcialidade ou neutralidade deste Governo.

Mas a tudo isto, para além das lacunas, dos silêncios e das orientações inaceitáveis, o Programa excede manifestamente os limites do concebível num Governo que se anunciara destinado apenas a preparar eleições e a gerir os assuntos correntes do Estado.

Não é contraditório referir a vaguidade e a lacuna com o exagero, como pretendeu a Sr.ª Primeira-Ministra.

E que a lacuna feriu questões essenciais do governo corrente de qualquer Estado e que deveriam responder às questões concretas dos Portugueses.

O exagero e a megalomania caracterizaram, infelizmente, todo o verbalismo que o Governo aqui nos trouxe.

Este Governo iniciou francamente mal aquilo que pretendia enfaticamente como histórica marcha dos cem dias. Começou-a com o pé esquerdo.

Risos do CDS e do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um método de ataque conhecido em política é o de quem se deseja armaz em vítima propiciatória, pretextando ser alvo de calúnias e maquinções infames.

Conhecemos o método e não nos impressiona. E a despeito do tom ameaçador de quem o usa e da velada visão autoritária que dele transparece, devemos dizer que nem nós, nem os Portugueses temos medo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — As nossas discordâncias com o Governo e, em particular, com o Primeiro-Ministro são políticas. Exibimos teses, avançámos argumentos, demos os nossos pontos de vista sobre múltiplos aspectos da prometida ação governativa. Recusamos a calúnia e o ataque pessoal como método político.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Olha quem fala!

A Oradora: — Mas não aceitamos, do Governo, a arrogância de quem faz processos de intenção ou de quem assume nesta Casa o tom de desforra

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

A Oradora: — Estamos aqui por direito próprio, a mandato do povo que queremos servir. Estamos aqui constitucionalmente mandatados para ser juízes do Governo e do seu Programa. Estamos aqui para dizer se o Governo pode ou não ser investido.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Não podemos, pois, deixar de criticar com veemência a declaração do Primeiro-Ministro segundo a qual a Assembleia da República não pode julgar o Governo, por este ser um órgão de soberania autónomo.

Aplausos do CDS e do PSD.

A verdade é que, segundo a Constituição, o Governo é responsável perante a Assembleia e é esta que pode efectivamente julgá-lo e julgar os seus actos

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

A Oradora: — Por muito que isso pese ao actual Primeiro-Ministro, ainda não estamos — nem estaremos nunca com certeza — em regime puramente presidencialista.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não valerá a pena reeditar aqui toda a soma de argumentos que oportunamente adiantámos para justificar a nossa posição de recusa deste Governo.

Mas convirá, isso sim, deixar bem claro que nos sentimos particularmente indignados pelo facto de o Primeiro-Ministro não ter sabido aceitar as nossas críticas e as nossas reservas com o espírito de tolerância e de convivência que seria lícito esperar dela.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — O azedume e o tom de desafio com que o Primeiro-Ministro nos quis responder não são de bom augúrio.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Que anjinhos!

A Oradora: — Talvez traduzam, no fundo, a hostilidade do Primeiro-Ministro à "democracia parlamentar".

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Mas se esse é o caminho que o Governo nos propõe, temos, desde já, de esclarecer que o CDS, por aí, não vai.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Gradora: — Outros que talvez tenham muitas vezes a democracia na boca, mas a não têm, por vezes, na clarividência política, poderão embarcar nesse jogo perigoso. Serão esses os responsáveis históricos do que vier a acontecer. Nós não seremos os seus cúmplices.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Ninguém pode pretender o monopólio do patriotismo ou do espírito democrático. Em Portugal há patriotas e democratas em número suficiente para, apesar deste acidente de percurso .

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Apesar do CDS!

A Oradora: — .. Salvarmos a democracia e dignificarmos Portugal

Aplausos do CDS e do PSD

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PSD.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No dia 6 de Julho passado o Presidente da República apresentou aos portugueses quatro alternativas para a solução da crise governativa, a última das quais consistiu na convocação de eleições intercalares e na constituição de um novo governo — passo a citar — "com a missão essencial de preparar eleições e de assegurar a gestão dos assuntos do Estado". Foi esta, como é sabido, a alternativa por que optou, uma semana mais tarde, o Presidente da República, que, ao anunciar-la publicamente, declarou que iria promover — cito de novo — "a constituição de um governo que dê garantias de independência e neutralidade durante o período que mediaria até às eleições".

Estas as promessas e as afirmações bem claras e expressas

do Presidente da República quanto à missão essencial do Governo e quanto ao critério-base que haveria de presidir à sua composição.

Os factos, mais uma vez, demonstram que Eanes, como Costa Gomes, promete e também não cumpre.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não cumpre, em primeiro lugar, porque promete nomear um governo que dê garantias de independência e neutralidade — naturalmente em relação a todos os partidos que concorram às eleições — e nomeia um primeiro-ministro que, nem pelo facto de não estar inscrito em nenhum partido, deixa de ser uma pessoa com um projecto político bem conhecido e perfeitamente identificado, como resulta do seu comportamento político e declarações proferidas no período posterior ao 25 de Abril.

Trata-se, de qualquer modo, de uma pessoa que há muito vinha a ser proposta pelo Partido Comunista Português para Primeiro-Ministro....

Vozes do PCP: — É falso!

O Orador: — ...que de há muito merecia igualmente a clara simpatia do Partido Socialista e que com igual clareza mereceu a discordância expressa e inequivocável do PSD e do CDS, precisamente porque não lhe reconheceram nunca as necessárias qualidades de independência e neutralidade.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que saudades do Mota Pinho!

O Orador: — E o que se diz do Primeiro-Ministro poderá dizer-se de vários Ministros do V Governo.

Quem acreditará na independência e neutralidade do Ministro da Administração Interna — cuja importância é decisiva em período pré-electoral — quando é pública a sua ligação ao Partido Socialista, em quem delegou praticamente a sua competência, enquanto Ministro do I Governo Constitucional, para a escolha dos governadores civis, quase todos ainda hoje no exercício dessas funções?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quem acreditará, sobretudo, na sua independência e neutralidade quando permitiu, sem qualquer reacção conhecida, que alguns destes governadores civis — como foi denunciado publicamente pelo PSD — se valessem das funções que exerciam para favorecer escandalosamente o Partido Socialista nas eleições para as autarquias em 1976?

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — É falso!

O Orador: — Quem acreditará na independência do Ministro das Finanças depois da sanha, que rondou as fronteiras do ódio, por ele expressada publicamente, com grande frequência e pelos mais diversos meios, contra o Partido Social-Democrata, e depois da sua escolha para líder de uma organização parapartidária que se mostra disposta a concorrer às próximas eleições intercalares?

Aplausos do PSD.

Quem acreditará na independência e neutralidade da Secretaria de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro quando se sabe que foi proposta pelo Partido Socialista como seu representante no Conselho Nacional de Alfabetização?

Risos do PS.

Como estes exemplos poderiam ser alargados por ligação,

ainda que menos estreita, de alguns Ministros e Secretários de Estado do Partido Socialista, ao Partido Comunista e à ASDI....

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa está boa!

O Orador: — ...quem poderá acreditar na independência e neutralidade deste Governo?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É que não se trata apenas de o V Governo mostrar uma forte inclinação para as referidas forças políticas. Verifica-se ainda, com eleito, o facto bem mais grave de ele surgir com clara aversão aos partidos que constituem a Aliança Democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E se dúvidas houvesse, teriam ficado completamente desvanecidas com as palavras proferidas pela Sr.ª Primeiro-Ministro numa passagem do seu discurso de encerramento. Essas palavras merecem a nossa mais vidente repulsa, enquanto constituem objectivamente ofensas graves e calúnias imperdoáveis para a honestidade e a honra de representantes do povo português.

Aplausos do PSD.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso é que é enfiar a carapuça!

O Orador: — Nunca nesta Assembleia se foi tão longe em arrogância e em intolerância. Para manifestar a sua discordância, o PSD invocou factos e exprimiu juízos políticos que nunca atingiram a sua dignidade pessoal. A Sr.ª Primeiro-Ministro respondeu com insultos.

O facto de se ter baseado a crítica a este Governo em determinadas ideias e posições políticas da Sr.ª Primeiro-Ministro ou de outros membros do Governo não significa, ao contrário do que foi afirmado, que o PSD não respeite e não reconheça a plena legitimidade dessas ideias e posições. Acontece apenas que delas discorda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É mais que evidente, portanto, até pelas declarações a que acabamos de nos referir, que este Governo não dá garantias de independência e neutralidade durante o período que mediará até às eleições.

Logo, tal como Costa Gomes, Eanes promete e também não cumpre.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas Eanes não cumpriu também a clara promessa que fez de que este Governo teria "a missão essencial de preparar eleições e de assegurar a gestão dos assuntos do Estado".

A este respeito são mais que concludentes as intervenções feitas pelo PSD durante este debate. Nem se diga, como disseram os partidos da maioria marxista, que face à Constituição não há governos de gestão. Maioria marxista, diga-se de passagem, que se mostra disposta, de há algumas semanas a esta parte, a funcionar sem interrupções, ainda que com a costumada capa que se mostra, todavia, cada vez mais transparente, depois de ter funcionado durante muito tempo com algumas intermitências temporais, que nunca chegaram a ser suficientes para a pôr em causa nos seus aspectos essenciais.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tal afirmação, com efeito, não tem apoio sólido nos textos da Constituição, que não afastam de modo algum, antes pressupõem, Governos desta natureza, considerados indispensáveis e os mais adequados em determinados momentos em qualquer regime verdadeiramente democrático.

Tem de se reconhecer que as circunstâncias em que este Governo vai exercer as suas funções exigem, quanto mais não seja por razões de honestidade e moralidade política, que se abstenha de promover viragens, novos caminhos, alterações profundas e essenciais na forma de encarar e resolver os problemas nacionais.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Com a Assembleia dissolvida, onde está a vontade popular a conferir-lhe legitimidade para seguir tal orientação?

Não será de se aguardar exactamente que o povo se manifeste nas próximas eleições para se trilharem depois os caminhos propostos por quem tiver merecido a sua preferência?

Não será defraudar o acto eleitoral e esvaziá-lo de conteúdo anunciar e executar viragens e novos caminhos para o povo português quando se lhe vai pedir que escolha os rumos do seu futuro?

Não será isto uma nova forma de vanguardismo de tão triste memória?

A conclusão é, portanto, a de que o Programa do V Governo viola ostensivamente as regras mínimas de honestidade e moralidade política e contraria frontalmente a promessa de Eanes de que teria como missão essencial preparar as eleições e assegurar a gestão dos assuntos do Estado.

Aplausos do PSD.

Ao contrário do que Eanes prometeu, este Governo parece mais empenhado em evitar, ou pelo menos adiar até à máxima inutilização prática, as eleições intercalares anunciadas. E, todavia, foi Eanes que disse que as eleições teriam de realizar-se em tempo útil!

Começa por dar um papel claramente apagado no seu Programa à preparação das eleições, para vir anunciar depois, através da última intervenção da Sr.^a Primeiro-Ministro, que vai pedir à Assembleia da República autorizações legislativas, demonstrando assim à evidência que pretende governar como se não estivessem iminentes novas eleições legislativas. Além disso, como essas autorizações têm de ser utilizadas antes da dissolução da Assembleia, o Governo substitui-se, assim, ao Presidente da República, em termos práticos, na decisão que deve ser tomada quanto à data das eleições. Como se trata de um Governo que pretende anestesiar as forças políticas que se opuseram ao PCP em Novembro de 1975, não será de estranhar que procure atirar as eleições para Dezembro ou Janeiro, aumentando as abstenções, prejudicando assim a democracia e em especial a Aliança Democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS e do PCP.

O Orador: — Não será de estranhar também que o Governo procure marcar a data destas eleições, por forma que ela venha a ser considerada mais conveniente para os seus claros apoiantes da ASDI, que, naturalmente, serão capazes, nestas condições, de vir a concorrer ao próximo acto eleitoral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas a Aliança Democrática e o povo português saberão responder a este desafio. A Aliança Democrá-

tica, apesar de tudo, não deixará de ganhar as próximas eleições

Risos do PS.

e de imprimir um novo rumo ao nosso país

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Fica assim bem claro que a Sr.^a Primeiro-Ministro, ao falar do seu Governo de cem dias, não fez mais, objectivamente e sem cuidar das suas intenções, do que lançar uma cortina de fumo para encobrir os reais planos do V Governo, que se apresentam, pelo menos à partida, como os reais planos do Presidente da República

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eis, em resumo, as razões que levaram o PSD a apresentar, em conjunto com o seu parceiro parlamentar na Aliança Democrática, uma moção de rejeição do Programa deste V Governo, e que determinaram, lógica e coerentemente, o voto favorável a esta moção de rejeição.

O Governo foi investido, mas ficou claro que essa investidura merece a discordância expressa e inequívoca do PSD. Pela nossa parte, tudo fica perfeitamente claro. E se a moção de rejeição, apesar de aprovada, .

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não foi nada aprovada.

O Orador: — ... não determina nos termos da Constituição a queda do Governo por não ter atingido a maioria para tanto necessária, nem poi isso deixará de ter a grande utilidade de ter propiciado a definição clara dos diversos deputados e grupos parlamentares em relação a este Governo, e de construir um alerta para o perigo que, em nossos entender, ele representa para as instituições democráticas, pelo menos na medida em que impeça ou retarde o aperfeiçoamento e consolidação da democracia e a expressão genuína, e livre de quaisquer condicionalismos, da vontade do Povo Português nas próximas eleições. O mesmo é dizer que consideramos este Governo prejudicial e um risco para os interesses, os direitos e o futuro dos portugueses.

Ficou clara, também, por virtude da votação da moção de rejeição, a posição dos restantes Deputados e grupos parlamentares.

Quanto ao Partido Comunista, o seu voto de abstenção não consegue disfarçar o apoio claro e nítido que resultou dos debates deste Programa do Governo

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É mais uma forma de hipocrisia política de um partido que quer tirar resultados úteis da investidura deste Governo sem se arriscar aos inconvenientes do apoio político que lhe dispensou.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isso é a vossa própria experiência.

O Orador: — Vamos ter um Governo essencialmente ligado ao Partido Comunista, como tivemos noutro tempo um Governo ligado a este mesmo Partido, através do Presidente Costa Gomes e dos sectores militares que o PCP conseguiu em certa altura dominar.

O Partido Socialista mostra-se também, embora com menos entusiasmo, plenamente satisfeito com a investidura deste Governo, mas não é difícil surpreender em algumas das suas atitudes e em algumas das suas declarações políticas, um certo receio por aquilo que venha a acontecer no futuro. É que a dinâmica deste Governo pode levar — estamos plenamente convencidos que levará — o Partido Socialista a adoptar perante este Governo e perante o Presidente

da República a mesma atitude que já adoptaram os outros partidos que contribuíram para a eleição deste último.

Este Governo não augura nada de bom para o sector democrático do nosso país, para o Partido Socialista, para o Partido Social-Democrata e para o Centro Democrático Social.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pela nossa parte, já nos apercebemos claramente disso e estamos convencidos de que, como quase sempre acontece, um pouco mais tarde, o Partido Socialista acabará por se juntar a nós no combate ao projecto que ele vem corporizar.

Aplausos do PSD e risos do PS.

Ficou, finalmente, clara a posição daqueles que investiram todo o seu futuro político na figura do Presidente da República e do general Eanes. Finalmente verificou-se, por uma forma que não deixa lugar a equívocos, que nesta Assembleia, já há alguns Deputados do Sr. Presidente. E nesta Assembleia acaba de ser investido um Governo que terá como resultado e como missão essencial perpetuar esta situação e procurar que nas próximas eleições legislativas surja a ASDI organizada em partido para que na próxima Assembleia continue a haver Deputados do Sr. Presidente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O povo português fica esclarecido com este debate; e o Partido Social-Democrata, em conjunto com o CDS, pode estar satisfeito por ter dado um contributo muito sério e positivo para que o povo português comprehendersse claramente...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo. A sua declaração de voto já vai em dezasseis minutos e, portanto, peço-lhe para abreviar.

O Orador: — Término já, Sr. Presidente.

x Estão explicadas as razões do nosso voto, estão postos perante o povo português os problemas fundamentais que se apresentaram com a investidura deste Governo. Pela nossa parte confiamos, como sempre confiamos, na clarividência e na determinação do povo português em resistir a todos os projectos que pretendam amarrá-lo a caminhos que não são por ele livremente escolhidos.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, Sr.º Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não deverá constituir surpresa para ninguém a abstenção do PS na votação da moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pela aliança PPD/CDS.

Como foi explicado por Mário Soares, procedemos assim por razões de coerência e por fidelidade aos nossos princípios ético-políticos.

Com a nossa abstenção viabilizámos a passagem do V Governo Constitucional, evitando a criação de bloqueios institucionais e a deterioração da situação política do País, sem, no entanto, darmos a nossa adesão a um Governo que nasce com vícios que não podemos avalizar e tem algumas virtudes que não são suficientes para nos responsabilizarmos pela sua acção.

O Governo não terá responsabilidades no passado próximo que explica a sua existência, mas compreender-se-á que o PS não possa fazer abstracção desse mesmo passado.

Com efeito, é do conhecimento público que o PS discorreu frontalmente das razões invocadas pelo Sr. Presidente da República para dissolver a Assembleia e marcar eleições intercalares. O PS estava disposto, numa atitude límpida e construtiva, a assumir a iniciativa de formar um Governo da sua responsabilidade, evitando ao País sucessivos actos eleitorais, bem como o agravar de problemas e o adiar de soluções.

Porém, decidida a dissolução da Assembleia após o preenchimento das formalidades constitucionais, não poderia o PS, como partido eminentemente democrático, opor-se à criação das condições indispensáveis para a realização do acto eleitoral.

Assim, ao contrário de outros partidos, que, com a tentativa de derrubar este Governo, comprometiam a realização em tempo útil das eleições, o PS, numa posição realista e responsável, aplana o caminho à sua realização, não inviabilizando a passagem deste Governo.

E estará aqui um ponto de reflexão para os Portugueses: o PS, que sempre se opôs às eleições intercalares por as considerar desnecessárias, não as dificulta. Os partidos à sua direita, que as vêm reclamando freneticamente, parecem, afinal, apostados em as obstruir com a tentativa que fizeram de derrubar o Governo, certamente porque à fase triunfalista da Aliança e aos primeiros amores se substituiu um clima de pessimismo e desespero que os leva a confrontamentos agressivos e descontrolados.

Aplausos do PS.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Olhe que não, olhe que não!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não podemos deixar de sublinhar como sendo altamente positivo a ênfaseposta pelo Governo na necessidade de criar e estimular um clima de apaziguamento no País, o que, a efectivar-se, como é nosso firme desejo, contribuirá para desapaixonar um debate político clarificando-o nos seus precisos termos.

Cremos que o que se perder em veemência e paixão se ganhará em clareza e lucidez.

O Sr. Ferreira de Lima (PS): — Muito bem!

O Orador: — No decorrer do debate, que foi nosso empenho dignificar e enriquecer, formulámos várias perguntas, fizemos interpelações, pusmos problemas.

Não poderemos dizer, porém, com verdade, que todas as respostas tivessem merecido a nossa concordância ou sequer que todas as nossas perguntas tivessem obtido resposta.

Da exacta conjugação dos pontos de concordância e discordância surgiu também, deve dizer-se, um motivo suplementar da nossa abstenção.

Fazemos votos para que a prática governativa faça aumentar e diminuir os segundos...

Na coerência desta atitude reafirmamos ser nossa intenção fornecer ao Governo os instrumentos adequados à continuidade da acção governativa.

Neste ponto, independentemente de outras considerações, guiamos-nos essencialmente por aquilo que entendemos ser os interesses do Povo Português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A conjuntura política impõe uma lical confrontação de posições e programas.

No debate que ora se transfere desta Assembleia para o País, deverá continuar o sentido civilizado, de cidade, em que a contenção predomine sobre a violência...

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Olha quem fala!

O Orador: — o debate de ideias sobre a objurgatória, em suma, e como diria António Sérgio, "a luz prevaleça sobre as trevas".

Na comunidade nacional, na "nova casa construída" da democracia constitucional, todos têm o seu lugar. Contudo, o lugar privilegiado no coração do povo português será para aqueles que souberem, nos momentos difíceis, privilegiar o diálogo e a moderação à truculência e à exaltação.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ao Povo português põe-se de novo uma opção clara entre o projecto constitucional que defendemos e um projecto hostil de contornos programáticos ainda indefinidos, mas que encontra cimento fácil em ódios, frustrações e, até (porque não dizê-lo?) em vaidades "irritantes e irritadas".

A V. Ex.ª Sr.º Primeiro-Ministro, cabe essencialmente o encargo de dirigir o País até o momento em que, em eleições livres realizadas em condições de democraticidade e imparcialidade, o que este Governo assegura, seim quaisquer dúvidas — só um espírito manifestamente tendencioso porá em causa — o Povo português fôr mais uma vez chamado a assumir o seu próprio destino.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Das eleições sairá certamente um Governo formado com base nos partidos políticos, sem os quais não existe, nem liberdade nem democracia.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não se levará a mal se o PS, que tem definido e vem defendendo projectos largos e profundos, de reformas sociais em benefício do Povo português, peça a esse mesmo Povo a sua confiança e apele à sua participação para que os possa executar.

Singular destino o do Governo de V. Ex.ª Sr.º Primeiro-Ministro. Formado na crista da onda de uma crise política, será a sua acção tanto mais positiva, e inserir-se-á na História, quanto mais for capaz de apagar a fórmula política na base da qual se constituiu, assegurando assim uma correcta transição.

Tal é o desejo do Povo português, que nas próximas eleições vai mais uma vez votar, estamos certos, no PS e no 25 de Abril e espera, em nome dos seus princípios libertadores, ser governado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Agora, Srs. Deputados, devo lembrá-los da reunião dos grupos parlamentares a realizar imediatamente no meu gabinete.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 30 minutos.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Independentes, António Lopes Cardoso, José Brás Pinto e Reinaldo Vital Rodrigues, ao votarem contra a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo Partido Social-Democrático e pelo Centro Democrático Social, fizeram-no porque entendem ser dever indeclinável de todos quantos acreditam e lutam pela democracia e pelo projecto constitucional, assumir uma atitude clara e inequívoca, sem tibiezias nem ambiguidades (e sem receio de uso deturpado que dela possa ser feito por sectarismo ou partidarismo estreito), contra as posições defendidas pela direita. Posições cujos propósitos de desestabilização e de criação de um clima de confrontos sociais em vésperas de eleições são mais que evidentes.

O seu voto não pode, por isso, ser interpretado como voto de aprovação de um Programa — que não estava aliás, em causa, mas não fosse dada a posição da maioria da Assembleia — nem como um voto de solidariedade com o Governo, mas deve ser interpretado como um voto de explícita e vigorosa rejeição dos argumentos e objectivos de uma direita cujo verniz se quebra e que cada dia se revela mais conservadora, reaccionária e autoritária.

Do mesmo modo o seu voto não deve ser entendido como qualquer aval à decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia, decisão que oportunamente condenaram e de que continuam a discordar.

Ao formularem o que terá sido o seu último voto nesta legislatura, fizeram-no uma vez mais pondo acima dos seus próprios interesses, de eventuais interesses partidários ou eleitorais, aquilo que em seu entender é o interesse do Povo Português, da Democracia e do Projecto Constitucional.

Assembleia da República, 10 de Agosto de 1979

A. Lopes Cardoso

J. Brás Pinto

R. Vital Rodrigues

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ao votar contra esta moção de rejeição faço-o por três motivos.

A primeira é porque aprová-la seria prolongar a vida desta Assembleia, o mandato dos Deputados e os encargos para o Povo Português.

O segundo é porque condono e verbero veementemente a hipocrisia do PSD quando acusa este Governo de socialista e ele próprio, aqui nesta Assembleia, se tem afirmado sucessivamente como socialista, socialista-humanista, socialista democrático. Enfim, socialismo com todas as cores e para todos os paladares.

Terceiro, voto contra esta moção de rejeição porque os rejeitadores do PSD que a propõem se mostraram só profissionais da negativa sem nunca evidenciarem a mínima capacidade de construir ou de deixarem construir.

E pois um não aos profissionais da inveja, aos primários políticos, ao infantilismo democrático. Voto na esperança de que se possa passar, a breve prazo, a uma política descomplexada e defensora inequívoca dos interesses nacionais.

A. Cunha Simões

Deputados que entraram durante a sessão

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes.
Alfredo Fernando de Carvalho.
António Chaves Medeiros.
António Fernandes da Fonseca.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Manuel Maldonado Gonelha.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Dieter Dellinger.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Fernando Tavares Loureiro.
Florival da Silva Nobre.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco de Assis de M. Lino Neto.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.

Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Alfredo Cardoso Monteiro.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Raul D'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Telmo Ferreira Neto.
 Vítor Fernandes de Almeida.

Partido Social Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Lacerda de Queirós.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António José dos Santos M. da Silva.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Armando António Correia.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Bento Gonçalves.
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Maria Helena do Rego da Costa S. Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Henrique José C. P. M. de Moraes.
 João Carlos F. Malliò da Fonseca.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Duarte A. Ribeiro e Castro.
 José Luís R. de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Manuel A. de A. de Azevedo e Vasconcelos.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Ruy Garcia de Oliveira.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Fernando de Almeida Sousa Marques.
 José Manuel Paiva Jara.
 Lino de Carvalho de Lima.

Independentes

Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Américo de Sequeira.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Gonçalves.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Carlos Galvão de Melo.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Gabriel Ribeiro da Fiada.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Cunha Simões.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Justimiano Taboada Braz Pinto.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Olívio da Silva França.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

Deputado que faltaram à sessão

Partido Socialista (PS)

António Fernandes Marques Ribeiro Reis.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.
 Carlos Martins Robalo.
 Francisco António Lucas Pires

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.

Independentes

António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 José Alberto Ribeiro.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

O DIRETOR DOS SERVIÇOS DE APOIO PARLAMENTAR (Januário Pinto).

PREÇO DESTE NÚMERO 20\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA